

BARRA FUNDA

Aideli S. Urbani Brunelli
Ana Paula Karruz
Dilze Onilda de Lima
Fernando T. H. F. Machado
Krystyna Okrent
Liliana Maria Migliano Bosisio
Lina Angélica Maria Gumauskas
Roseli Sobral
Simone de Melo Lins
Solange Rainone dos Santos

SÉRIE
**HISTÓRIA
DOS BAIRROS
DE SÃO PAULO**

Volume 29



SÉRIE
HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

VOLUME 29

BARRA FUNDA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Prefeito Gilberto Kassab

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Secretário Carlos Augusto Calil

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Diretor Walter Pires

DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL
Diretora Liliane Schrank Lehmann

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL "WASHINGTON LUÍS"

SÉRIE
HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

VOLUME 29

BARRA FUNDA

2º lugar do XXII Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo, instituído pela Lei nº 8.248, de 7 de maio de 1965, promovido pela Divisão do Arquivo Histórico do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura e outorgado pela Comissão Julgadora, constituída pelos professores Anna Maria Martinez Corrêa, Ana Maria de Almeida Camargo e Hugo Segawa.

AUTORES

Aideli S. Urbani Brunelli; Ana Paula Karruz; Dilze Onilda de Lima; Fernando T. H. F. Machado; Krystyna Okrent; Liliana Maria Migliano Bosisio; Lina Angélica Maria Gumauskas; Roseli Sobral; Simone de Melo Lins; Solange Rainone dos Santos

São Paulo
2006

© Copyright
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO/DPH
Av. São João, 473/ 8º andar
01035-000 - São Paulo - SP

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Diretor Walter Pires

DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL
Diretora Liliane Schrank Lehmann

Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz - São Paulo/SP

XXII CONCURSO DE MONOGRAFIAS SOBRE A HISTÓRIA DOS BAIRROS DA CIDADE DE SÃO PAULO / BARRA FUNDA

Revista Barra Funda/Aidelli S. Urbani Brunelli
/et al./ - São Paulo: DPH, 2006.
108 p. il; 23 cm. – (Série História dos Bairros
- São Paulo; v. 29)

Bibliografia.

1. Barra Funda – Bairro paulistano – História
I. Série.

CDD-981.611

CAPA:

Memorial da América Latina
Torre da TV Record e obras do Tribunal Regional do Trabalho

TIRAGEM: 2000 exemplares

IMPRESSO NO BRASIL – PRINTED IN BRAZIL

DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL, CONFORME
DECRETO nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

A todos aqueles que na Barra Funda nasceram, viveram e, de alguma forma, participaram da sua história.

Agradecimentos

Os nossos agradecimentos são dirigidos a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, em especial à Cúria Metropolitana de São Paulo, aos párocos das igrejas católicas da região, Padre Olivo Caetano Zolin, Padre José Augusto S. Brasil, Padre Rodolfo Perazolo e Padre Admário Gama; ao Pastor Pedrinho Anholeto e ao Reverendo César Fernandes Alves; a Cláudio Aparecido da Silva, Francisco de Paula Júnior, Verônica Kroll, Luiz Antônio Pompéia, Verônica Tamaoki, à Fundação Conrado Wessel e à Liga das Escolas de Samba do Estado de São Paulo.

Sumário

PREFÁCIO	13
--------------------	----

CAPÍTULO I

1. Panorama histórico	17
2. Barra Funda – origem do bairro	19
3. A importância dos meios de transporte na Barra Funda	23
4. Aspectos urbanísticos	27
5. Aspectos culturais e do patrimônio histórico	31
6. O terceiro setor	50

CAPÍTULO II – Aspectos sócio-econômicos 71

1. Demografia	72
2. Renda	75
3. Saúde	76
4. Educação	77
5. Habitações subnormais: favelas e cortiços	78
6. Exclusão social	79
7. Infra-estrutura	80
8. Algumas intervenções urbanísticas	81
9. Atividade econômica	84

CAPÍTULO III – Reflexões 91

ANEXO I - Instituições localizadas na Barra Funda.	97
--	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
--------------------------------------	-----

Prefácio

O presente trabalho é um estudo histórico-urbanístico, realizado a partir de uma pesquisa de campo que identificou as condições de uso e conservação dos lotes e edificações da área considerada bairro da Barra Funda, enriquecido com a abordagem dos aspectos sócio-econômicos, culturais, do patrimônio histórico e das entidades do terceiro setor existentes. Todos esses elementos foram agrupados para demonstrar o que aconteceu com a Barra Funda, desde o início de sua formação até os dias de hoje.

A pesquisa durou cerca de seis meses, com constantes visitas e reuniões de trabalho para troca de informações, resultando em vasto material e dados urbanísticos detalhados quadra a quadra e rua a rua.

Além desses dados, foi possível também o levantamento dos equipamentos sociais existentes, das organizações, associações e entidades institucionais.

Embora apresente infra-estrutura consolidada, característica da região central da cidade, a Barra Funda não é exemplo de localidade contemplada pela efervescência cultural e de negócios observada no vetor de desenvolvimento centro-sudoeste da cidade. O retrato atual do bairro deve ser resultado da opção historicamente feita pelos comandantes do desenvolvimento urbano. O estado de aparente “abandono” em que se encontra pode ser, ao menos parcialmente, explicado pela concentração dos investimentos públicos e super-regulação no vetor centro-sudoeste da cidade. Esse fenômeno, com origem no período getulista, é apontado por ROLNIK (1999)¹.

¹ ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Fapesp, 1999. 242p. A autora entende que o crescimento demográfico verificado em São Paulo nas primeiras décadas do século XX aumentou a complexidade da administração municipal, fazendo emergir a segregação como elemento estruturador da cidade. A segregação urbana, elegendo o vetor centro-sudoeste como zona concentradora das paisagens formais, ricas e valorizadas, funcionou como determinante para a fixação de valores do mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais.

Cabe salientar que a recente restauração do Theatro São Pedro, aparentemente, não gerou uma situação de desenvolvimento exponencial nos arredores. A restauração configura-se como uma ação bastante positiva sob o aspecto cultural, mas isolada, que parece não ter sido capaz de contagiar a área lindeira. Situação semelhante pode ser observada no que se refere à Casa Mário de Andrade, sediada no imóvel que serviu de morada ao escritor. Não obstante os esforços dos responsáveis pela instituição, não há indícios de que se tenha conseguido atrair efetivamente a atenção dos residentes do entorno para as atividades de cunho cultural lá desenvolvidas.²

Para o presente trabalho, buscou-se uma delimitação oficial da área caracterizada como Barra Funda. O Mapa Oficial da Cidade – MOC – traz os limites oficiais do Distrito Barra Funda. Para o bairro de mesmo nome não há oficialmente uma delimitação precisa – fenômeno semelhante repete-se nos demais bairros, vilas e jardins da cidade de São Paulo.³

Considerou-se o limite aproximado do bairro da Barra Funda como localizado em parte no distrito de mesmo nome, e em parte no Distrito Santa Cecília. Para essa localização foram consultadas a Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA, a Empresa Brasileira de Correios, a Cúria Metropolitana de São Paulo, distritos policiais, tabelionatos e cartórios de registro de imóveis.

Portanto, entende-se por bairro da Barra Funda a área compreendida entre as avenidas Presidente Castelo Branco e Rudge, alameda Eduardo Prado, avenidas General Olímpio da Silveira e Francisco Matarazzo, viaduto Antártica, rua Gustavo Williborghoff e avenida Nicolas Boer. (Figura P.1 – Anexo I)

O Capítulo I destina-se à identificação da área, ou seja, sua localização histórico-geográfica, remontando brevemente à origem da cidade de São Paulo, para que se possa compreender a realidade da Barra Funda, desde o seu surgimento até a atualidade, abordando, inclusive, seus aspectos sócio-culturais e urbanísticos.

Esse capítulo é subdividido nas seguintes seções: Panorama histórico; Barra Funda – Origem do bairro; A importância dos meios de transporte na Barra Funda; Aspectos urbanísticos; Aspectos culturais e do patrimônio histórico; e O terceiro setor.

O Capítulo II localiza territorialmente o bairro e apresenta dados que devem ser entendidos como meios para a compreensão do seu atual estágio de desenvol-

² Conforme testemunho do administrador da Casa Mário de Andrade.

³ Há muita confusão sobre a exata localização do bairro, cujos limites acabaram se diluindo. A Revista Cláudia (“Um bairro com potencial para renascer”, edição de agosto 2000, p. 2-3) publica declaração do diretor da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio - Embraesp, Luiz Antônio Pompéia, afirmando que “já se convencionou chamar de Barra Funda o bairro da Água Branca – onde fica, inclusive, a Estação Barra Funda do Metrô e o Memorial da América Latina”.

vimento, considerando-se os componentes sócio-econômicos. Esses dados foram coletados a partir de informações sobre os distritos Barra Funda e Santa Cecília, nos quais está inserido o bairro.

Para tanto, subdividiu-se o capítulo nas seguintes seções: Demografia; Renda; Saúde; Educação; Habitações subnormais: favelas e cortiços; Exclusão social; Infra-estrutura; Algumas intervenções urbanísticas; e Atividade econômica.

O Capítulo III apresenta algumas reflexões sobre os aspectos analisados nos capítulos anteriores, notadamente sobre o estigma histórico-cultural associado ao nome do bairro.

A finalidade do presente trabalho é, portanto, propiciar uma contribuição para o conhecimento da Barra Funda, bairro que possui uma história rica e abrangente, tendo testemunhado e sofrido diretamente a influência de períodos importantíssimos da própria história da cidade.

1 – Panorama histórico

O bairro da Barra Funda está inserido na área central de São Paulo, cidade cuja origem é bastante interessante e remonta à fundação do Colégio pelos Jesuítas, em 1554.

A posição geográfica privilegiada da cidade propiciou que se estabelecesse como centro de intenso intercâmbio econômico entre o planalto paulista e o litoral, e como centro do sistema de comunicações, valendo-se do fato de que todos os caminhos que cortavam seu território, tanto os terrestres como os fluviais, articulavam-se nesse centro.

O processo de ocupação da área central da cidade, bem como as profundas transformações verificadas no decorrer dos séculos XIX e XX, refletem as diversas fases da própria evolução urbana de São Paulo que, em meados do século XIX, afigurava-se como extremamente modesta. Em 1810, a parte compacta da cidade restringia-se à extremidade do esporão que constituía a confluência Tamanduateí-Anhangabaú e que corresponde à parte antiga do atual centro paulistano.

A cidade de São Paulo era circundada por chácaras que formavam um cinturão de características funcionalmente suburbanas, encerrando a função residencial, além da agrícola.

A grande transformação que deu início ao processo ininterrupto de crescimento urbano ocorreu na década de 1870, em consequência de três fatores: a

⁴O primeiro Código de Posturas da cidade, de 1875, sistematizou um conjunto de leis urbanísticas, a fim de delimitar o uso do espaço público da rua. O Código de 1886, atendendo ao desejo da sociedade cafeeira, que almejava um espaço limpo e exclusivo para viver, regulamentou a largura das ruas, a altura, a fachada e o alinhamento das construções, transformando o espaço doméstico das residências burguesas, garantindo-lhes maior sociabilidade, além de regulamentar a construção e localização das habitações coletivas precárias, expulsando-as da área central da cidade e proibindo, genericamente, a presença de pobres nessa região (ROLNIK, 1999, p. 37).

circulação da riqueza oriunda das lavouras de café do interior do Estado, cuja produção era escoada através das ferrovias que convergiam para a capital, em direção ao porto de Santos; a chegada maciça de imigrantes europeus, principalmente italianos, num fluxo provocado inicialmente pela necessidade de mão-de-obra para a produção cafeeira; o investimento de parte dos excedentes obtidos no setor agrícola na produção de bens manufaturados, dando origem a um processo de industrialização que teve como foco a cidade de São Paulo.

Em fins do século XIX, o sistema ferroviário constituiu-se amoldado à estrutura econômica, que se baseava nas culturas de açúcar e café. Tal sistema ratificou a posição de São Paulo como principal centro econômico paulista, atraindo para a capital os grandes fazendeiros e contribuindo ainda mais para o seu progresso. Reforçando esse fato, surgiram as grandes indústrias que transformaram a cidade, de essencialmente agrícola, em um importante centro manufatureiro.

É interessante destacar que as planícies, até então desertas (preteridas em razão de seus terrenos serem considerados ingratos), começaram a ser ocupadas com a chegada das estradas de ferro. As indústrias instalaram-se ao longo dessas ferrovias e, conseqüentemente, acompanharam-nas os bairros operários, dentre eles o da Barra Funda. As residências burguesas ou médias instalaram-se nos pontos mais altos e confundiram-se com o centro comercial.

Um outro fator marcante para a história de São Paulo foi o problema da mão-de-obra da cafeicultura, despojada dos escravos, o que levou o governo a promover a imigração. Contudo, essa atitude suscitou medidas de segurança pública para disciplinar a massa trabalhadora, e a instituição de uma política sanitária que tinha por objetivo combater as epidemias, e também definir e controlar a forma, a localização e o uso das habitações populares⁴.

Essas políticas contribuíram para a realidade que surgia: nos pontos mais altos, bairros exclusivamente residenciais, aristocráticos e de alta renda, idealizados no “modelo higiênico” dos sanitaristas; e nas cercanias, os territórios negros e dos brancos pobres. No bairro da Barra Funda localizava-se um dos principais territórios negros da cidade.

O grande crescimento de São Paulo determinou uma expansão do espaço urbano sobre as áreas rurais contíguas, que passaram a integrar a cidade. O loteamento das chácaras deu origem a novos bairros, como é o caso da Barra Funda.

⁴ O primeiro Código de Posturas da cidade, de 1875, sistematizou um conjunto de leis urbanísticas, a fim de delimitar o uso do espaço público da rua. O Código de 1886, atendendo ao desejo da sociedade cafeeira, que almejava um espaço limpo e exclusivo para viver, regulamentou a largura das ruas, a altura, a fachada e o alinhamento das construções, transformando o espaço doméstico das residências burguesas, garantindo-lhes maior sociabilidade, além de regulamentar a construção e localização das habitações coletivas precárias, expulsando-as da área central da cidade e proibindo, genericamente, a presença de pobres nessa região (ROLNIK, 1999, p. 37).

2 - Barra Funda - origem do Bairro

Comprimida entre a branca muralha de arranha-céus que começava a tomar forma na avenida S. João e os primeiros edifícios de apartamentos da Alameda Barão de Limeira, cortada em toda a sua extensão pela linha Sorocabana, ultrapassada pelo progresso e pelo desenvolvimento urbanístico, a Barra transformou-se numa pequena cidade isolada dentro da cidade grande. À sua volta S. Paulo crescia, mas ali o tempo parara.⁵

A Barra Funda teve sua origem na Chácara do Carvalho, que pertencera ao Barão do Iguape, avô materno do Conselheiro Antônio Prado. Esta propriedade transformou-se na praça Marechal Deodoro e nas ruas Brigadeiro Galvão, Barra Funda e Vitorino Carmilo.

Existem várias explicações para o nome do bairro. Uma delas sustenta que “Barra Funda” tem origem italiana e deriva de Bara Fonda, derivado de Bara-onda ou Barafonda que, na linguagem de Dante, quer dizer um lugar de bastante confusão (característica bem marcante na região). Outra defende que “Barra” significa um lugar perto do rio ou mar, como “Barra do Piraí”, “Barra da Tijuca”. Nos tempos passados, existiam muitos portos de areia no Tietê, nas partes baixas, e para se chegar a eles o caminho era em declive até a barra do rio. Então, quando se dirigiam aos portos, diziam: Vamos à “barra baixa”, ou “barra funda”. E uma outra relaciona o nome ao alagamento provocado pelo rio Tietê e à retirada de areia de suas margens, que as tornou profundas.

Um grande canal constava nos mapas da cidade, até 1969, quando foi canalizado por Faria Lima e transformou-se na rua Padre Luís. Cortava a várzea de 5 metros de largura e razoável profundidade e era o grande responsável pelas enchentes. Iniciava-se na rua do Bosque, na saída de uma galeria de águas pluviais, seguia por quilômetros a céu aberto até o Tietê, ladeado pela rua do Córrego. Prejudicava muito a região, mas era lugar de brincadeira das crianças e fornecia areia para construção. Aliás, a rua do Bosque era uma rua sui generis. Atualmente é uma das principais vias do bairro, ligando-o aos bairros do Limão, Bom Retiro e outros. Antigamente, porém, esta rua não era totalmente transitável, pois nela havia três interrupções; poder-se-ia chamá-la de “rua dos Obstáculos”. O primeiro, a poucos metros de seu início, junto à rua Barra

⁵ BRANCO, Frederico. Tristezas da Barra Funda, O Estado de S.Paulo, 05/01/63.

do Tibaji, onde uma galeria abandonada de águas pluviais impedia o trânsito de veículos - só pedestres conseguiam atravessar esse local; o segundo surgia após a rua Anhangüera, onde o antigo córrego, chamado “o esgoto”, novamente interrompia o trânsito de veículos, sendo necessário contorná-lo; o terceiro obstáculo ficava na altura da rua dos Americanos - um proprietário, em questão com a prefeitura, alegando ser o “dono” de toda via, cercou-a e plantou capim no terreno, forçando os moradores a passar pela cerca e pelo capinzal, a fim de alcançarem suas moradias.

O senhor Angelo Catapano⁶, antigo morador do bairro, fez dois comentários interessantes sobre a Barra Funda: primeiro assinalou a várzea, nas imediações da rua do Bosque e rua Anhangüera, como um local onde havia vários bares e onde se reuniam os famosos bêbados do bairro - o local também era conhecido como “fim da linha” ou “balão do bonde”, com descida obrigatória de passageiros; em segundo lugar, explicou que o livre escoamento das águas do rio Tietê era difícil devido às várias curvas existentes, o que ocasionava, nos meses de chuva, enchentes que invadiam o bairro todo - daí seu nome “Várzea da Barra Funda”⁷. A várzea também era chamada de “México”, devido à instalação da “Anglo-Mexicana” (futura Shell) na Barra Funda, ou devido a uma história de arruaceiros e pinguços do bairro, que aproveitavam para dar vazão aos instintos de “valentões de fancaria” no mês de julho - quando se realizava a famosa festa de Santo Antônio, cuja paróquia foi erguida na várzea em 1914.

Quando se analisa o desdobramento da cidade, observa-se que as várzeas eram terrenos evitados. Contudo, a estação ferroviária funcionou na Barra Funda como importante fator locacional. As margens das ferrovias eram mais procuradas e funcionavam como agentes orientadores da reorganização dos arredores. O sistema de transportes sobre trilhos provocou a derrocada do sistema de transporte por tropas de burro pois, ao contrário deste, que evitava as várzeas, aquele preferia terrenos planos, de longas retas e curvas de grande raio. Assim sendo, do ponto de vista topográfico, as várzeas eram excelentes. Além disso, os trens podiam chegar ao centro sem a necessidade de expropriações vultosas.

⁶ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos. História de alguns bairros paulistanos: relato de antigos moradores. In: _____ Reconstituição da memória estatística da grande São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983. p. 49-53.

⁷ Durante anos utilizaram-se esses charcos e campos como pasto, sendo também usados para a localização dos famosos campos de futebol da “Várzea da Barra Funda”. Neles surgiram clubes e times como o “Grêmio Dramático Recreativo Carlos Gomes”, pioneiro no bairro, “Esporte Clube Garibaldi” (Grajaú, durante a guerra), “Clube 15 de Novembro”, a “Anhangüera”, fundada em 1928, e praças de esportes.

Nesse sentido, a prosperidade da região, assim como das outras áreas que eram intermediárias entre aquelas onde se cultivava o café e as que o escoavam, ocorreu devido à estrada de ferro Santos-Jundiaí⁸, instalada na segunda metade do século XIX, e que tinha como função principal o escoamento do grão.

O desenvolvimento industrial ocorreu a partir de 1900, quando o Estado de São Paulo tornou-se o maior centro policultor do País com o seguinte trinômio econômico: algodão, cana-de-açúcar e café – florescendo, abrindo novas estradas e recebendo enorme massa de população imigrante.

A Barra Funda caracterizou-se por ser um bairro misto – área industrial e de habitação operária. Possuía pequenas fábricas de fundo de quintal, de caráter doméstico, fabricando massas, óleo, tintas de escrever; e grandes fábricas como a “Fábrica de Vapor de Tecido e Fiação de Corda e de Barbante”, fundada em 1892, de propriedade de Enrico Maggi⁹.

As indústrias de grande porte como as têxteis, químicas e metalúrgicas, não tendo mais espaço para sua expansão em zonas da cidade que haviam se adensado e valorizado demais seus terrenos, começaram a transferir-se para áreas como a Várzea da Barra Funda, ainda com baixa concentração industrial. Tal foi o caso da fábrica de vidro “Cristaleria Paulista”, fundada em 1905 e implantada à rua Conselheiro Brotero.

A paisagem industrial do bairro era completada pelas olarias ao longo do Tietê e pelos curtumes, como o do Conselheiro Antônio Prado e outro, de Pessano e Hermanos, fornecedores de matéria-prima para a já adiantada indústria de calçados da Capital.

A paisagem urbana começou a modificar-se nas áreas suburbanas, com uma diferenciação mais nítida entre zona fabril e residencial. Na Várzea da Barra Funda,

⁸ A estrada de ferro Santos-Jundiaí foi inaugurada em 1867. Em 1875 foram inaugurados os trechos paulistanos das estradas de ferro “do norte” – hoje Central do Brasil – e Sorocabana. Estas ferrovias ligavam o interior à cidade de São Paulo e a seu porto.

⁹ Mário Perez, avô de Brunelli, residia na rua Barra Funda e trabalhou na indústria Enrico Maggi nas décadas de 1940 e 50. (BRUNELLI et alii, 2000)

¹⁰ Através da análise de mapas da cidade de São Paulo, nota-se que o traçado aproximado do bairro Barra Funda tem permanecido o mesmo desde seu início até hoje: um plano praticamente ortogonal de ruas convergindo para a estrada de ferro, no fim da rua Brigadeiro Galvão, uma e outra vez complicado pela existência de uma pequena travessa ou uma vila. A via férrea, que corta o bairro ao meio, acrescenta elementos característicos à sua paisagem: passagens de nível, armazéns alinhados ao longo dos trilhos, ruas sem saída. Esta divisão do bairro pela estrada de ferro é tão marcante que cada uma de suas partes recebeu uma denominação: Barra Funda de Baixo ou Várzea da Barra Funda - área compreendida entre o Tietê e a via férrea, formando com o Bom Retiro quase que um corpo único -, e a Barra Funda de Cima, área entre a via férrea e um trecho antigo da rua das Palmeiras, atual avenida General Olímpio da Silveira.

as fábricas foram-se distribuindo de maneira mais esparsa, ocupando áreas maiores, sem a antiga concentração de habitação operária no seu entorno. A Barra Funda de Cima¹⁰, mais influenciada pelos bairros de Santa Cecília, Perdizes e Campos Elísios, assistiu a um processo de expulsão de suas indústrias maiores, caracterizando-se como zona residencial para classe média, pequena indústria e oficina, conservando poucos traços físicos característicos de bairro operário italiano.

A função industrial estava agora mais concentrada nas vizinhanças da ferrovia (serrarias) e na rua Brigadeiro Galvão e adjacências (oficinas mecânicas). As oficinas mecânicas de carros e funilaria são, ainda hoje, uma característica do bairro. Elas se instalavam em antigas casas modestas, corredores cobertos por telhas, onde cada carro em conserto enfileirava-se atrás do outro e para retirar o que estava no fundo era necessário trazer todos os outros à rua, manobrá-los e tornar a colocá-los no lugar, o que causava interrupções nas ruas e calçadas. Além do fato de boa parte dos consertos serem feitos mesmo na rua, fora das oficinas.

Entre 1920 e 1930, na parte de baixo da Barra Funda instalaram-se indústrias de maior importância, como a fábrica de papel Divani, a L. Queiróz – que fabricava o lança-perfumes Pierrot - e a Bebidas Palhinha. Ao contrário, na parte de cima, permaneciam as pequenas oficinas, cujos proprietários passaram a locar, e até mesmo a sublocar, suas moradias, que se foram transformando em verdadeiros cortiços ou em “vilas”. Esses proprietários geralmente residiam no interior do próprio estabelecimento – espécie de regra geral entre eles e os inquilinos nos subúrbios populares – o que significava uma estratégia de sobrevivência e de ascensão social.

Os imigrantes de origem italiana, notadamente os vênnetos, foram os responsáveis por boa parte do povoamento do bairro, na primeira metade do século XX. Eram proprietários de pequenas empresas ou empregados nas indústrias da região. Trouxeram para a Barra Funda muito de sua cultura: o jeito de falar italianado, os jogos de bocha, a conversa nas esquinas e janelas, as discussões com os mascates, as reuniões à noite nos bares ou nas cantinas. Muitos dos traços característicos dessa cultura ainda são encontrados no bairro, que conta com inúmeros habitantes descendentes de italianos.

Os negros foram importantes na constituição de grande parte da população do bairro, residindo nos cortiços, cômodos ou porões das casas. Prestavam serviços como ajudantes gerais nas casas nobres dos Campos Elísios ou em pequenos estabelecimentos comerciais. Conseguiram, ainda, trabalhar temporária na estrada de ferro como carregadores ou praticavam o comércio ambulante de comestíveis e gêneros de primeira necessidade.¹¹

¹¹ O largo da Banana – hoje Memorial da América Latina – era o lugar dos “negros valentões” que de dia trabalhavam junto à estrada de ferro e à noite jogavam capoeira, freqüentavam os bailes, os bares e os ritos religiosos de origem africana.

A área Barra Funda/Campos Elísios foi, no início do século XX, o território mais caracterizadamente negro de São Paulo. Berço do samba paulista¹², ali se localizavam os clãs africanos urbanos, nos cortiços e casinhas (...). O distrito de Santa Ifigênia¹³, em 1893, concentrava a maior porcentagem de negros e mulatos - 14% - em um momento em que São Paulo se italianizava rapidamente, com a grande imigração, e que a população negra e mulata representava menos de 10% da população total. (ROLNIK, 1999, p.77)

3 – A importância dos meios de transporte na Barra Funda

A Barra Funda teve toda sua história ligada ao aparecimento dos diversos meios de transporte na cidade, sendo um retrato da completa falta de planejamento do setor e do absurdo de suas diretrizes. A Chácara do Carvalho estava situada ao lado da estrada de Jundiáí, um dos cinco caminhos que saíam do triângulo central para o interior do Estado, por onde era feito o transporte pelas tropas até o advento das ferrovias.

O surgimento do transporte sobre trilhos, na segunda metade do século XIX, deu-se em função das estradas de ferro Sorocabana (Foto 1) e Santos-Jundiáí, provocando uma valorização das faixas de terra por elas percorridas.

Em 7 de maio de 1900, era inaugurada a primeira linha de bondes elétricos da Capital. Partia da Chácara do Carvalho, onde morava o então Prefeito Antônio Prado, unindo a Barra Funda ao centro da cidade¹⁴. O bonde não influenciou no tipo de formação do bairro, que já estava com seu traçado determinado. Seu trilho, porém, correndo em trechos das ruas Barra Funda e Brigadeiro Galvão, concentrou ao longo delas o principal comércio e os serviços do bairro. Luiz Antônio Pompéia, da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – Embrasp, afirmou em uma reportagem: “Quando o bonde deixou de ser o meio de transporte coleti-

¹² Na rua Vitorino Carmilo teve origem o Cordão do Geraldino e o bloco do Dionísio Barbosa, primeiro bloco carnavalesco com estrutura de escola de samba, que originou mais tarde a Escola de Samba Camisa Verde e Branco.

¹³ Barra Funda e Luz fazem parte desse distrito, no início do século XX.

¹⁴ A segunda linha de bonde elétrico chegaria até a porta da “Vila Maria”, residência da mãe de Antônio Prado, no bairro de Santa Cecília. Sucessivamente, diversas linhas foram instaladas, de preferência, nas artérias que ainda hoje irradiam do centro, representantes das antigas saídas da cidade.



Foto 1 - Estrada de Ferro Sorocabana

vo mais usado em São Paulo, dando lugar ao metrô e aos ônibus, a travessia pela Barra Funda tornou-se mais rara¹⁵.

Em 1926, começaram a trafegar os ônibus em São Paulo e, em 1936, já contava a cidade com sessenta e duas linhas municipais – número superior ao de bondes e fazendo trajetos paralelos. Nessa época, os ônibus que faziam ligação com os subúrbios mais afastados, não servidos por trem, tinham seu ponto final nos bairros mais próximos do Centro – a Barra Funda era um deles –, onde seus passageiros faziam transbordo para outra condução - bonde, trem, ônibus - para atingir o Centro ou outros bairros. Todos esses terminais desapareceram do bairro, à primeira vista, sem deixar marcas.

A chegada do Metrô, com a inauguração das estações Marechal Deodoro (Foto 2) e Barra Funda em 17/12/88, foi cercada de grande expectativa de melhoria do antigo bairro operário, onde costureiras, despachantes, alfaiates e barbearias ocupam, até a presente data, boa parte dos pontos comerciais. Estudos realizados pela Companhia do Metropolitano, após a inauguração da sua linha Norte-Sul, mostraram que quatro vezes mais paulistanos passaram a habitar ao longo dessa linha, comparativamente ao período anterior à sua implantação. A valorização súbita dessas áreas atraiu moradores de maior poder aquisitivo, transformando em áreas quase nobres bairros até então esquecidos. Foi o que aconte-

¹⁵ Revista Cláudia. Um bairro com potencial para renascer. São Paulo, Ago. 2000. p. 2-3.



Foto 2 - Estação Marechal Deodoro

ceu com Santana e Jabaquara e, anos depois, com o Tatuapé, este último situado na linha Leste-Oeste, a exemplo da Barra Funda.

Luiz Antônio Pompéia (Embraesp) afirmou: “A Barra Funda está destinada a um boom imobiliário fantástico nos próximos anos (...) poderia ser tão atraente quanto Perdizes (...). É um bairro bem servido por avenidas, pelo transporte urbano, próximo ao centro. O que mais alguém pode querer?”¹⁶ Na mesma reportagem, o presidente do Metrô à época afirmava: “O certo é que, em cinco anos, a Barra Funda será outro bairro”.

O Terminal Intermodal da Barra Funda (Foto 3) ocupa uma área de 200 mil metros quadrados, integrando a Rodoviária Oeste, que recebe ônibus intermunicipais e interestaduais, o Metrô – em sistema de integração com ônibus urbanos – e a rede ferroviária (Ferrovia Paulista S/A - Fepasa, Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU). Em 28 de maio de 1992 foi criada a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, e sua consolidação deu-se entre 1994 e 1996, com a união, por etapas, da malha paulista da CBTU, do governo federal, que atendia às regiões leste e noroeste-sudeste de São Paulo, e das linhas metropolitanas da Fepasa, do governo estadual, que serviam às regiões sul e oeste.

¹⁶ Veja São Paulo, 25/11/87, p.24.



Foto 3 - Terminal Intermodal

A Barra Funda, hoje, conta com a avenida Marquês de São Vicente, via larga que dispõe de um corredor de ônibus (Foto 4) e trólebus. As vias do bairro possibilitam, ainda, fácil acesso às rodovias Ayrton Senna e Presidente Castelo Branco.



Foto 4 - Corredor de ônibus na avenida Marquês de São Vicente

4 – Aspectos urbanísticos

Quanto às construções, no final do século XIX, caracterizavam-se pelo tipo capomastri, ou seja, com ênfase na fachada, ficando a divisão dos cômodos para segundo plano (Fotos 5 e 6). Eram casas com pequena frente, muita área de fundo, quartos enfileirados, entrada lateral, cozinha e banheiro nos fundos, e porão – que servia para guardar coisas que não cabiam nos quartos e, mais tarde, como moradia a ser locada. Algumas tinham oficinas, outras armazéns ou bares à frente.¹⁷ As ruas Barra Funda (Barra Funda de Cima) e Adolfo Gordo (Campos Elísios) foram quase que inteiramente construídas neste esquema, por volta de 1895, pelo capomastro¹⁸ Domenico Sordini, assim como várias outras ruas nos Campos Elísios e Bom Retiro.



Foto 5 - Imóvel deteriorado tipo capomastri – rua Vitorino Carmilo nº 933



Foto 6 - Imóvel deteriorado tipo capomastri – rua Lopes de Oliveira nº 449

¹⁷ A legislação urbanística que estava sendo criada propunha, para os territórios populares, o “modelo de vilas higiênicas, pequenas casas unifamiliares construídas em fileiras, sempre na periferia dos núcleos urbanos”. (ROLNIK, 1999, p.59)

¹⁸ Capomastro era o mestre de obras mais qualificado, o chamado “arquiteto de ponta de guarda-chuva”, que, sem um desenho rígido e mais preocupado com a reprodução dos elementos decorativos das fachadas do que com a melhor distribuição do espaço, riscava no chão do canteiro as pequenas variações em torno da mesma planta.

O ano de 1890 é considerado o início das primeiras edificações nos bairros da Barra Funda, Bom Retiro, Canindé, Carandiru e Pari. Ano em que Antônio Prado encomendou de Luigi Pucci (capomastro italiano notável pelas suas realizações e responsável pela execução do projeto para o Museu do Ipiranga) o plano geral de edificação e construção do palacete da famosa Chácara do Carvalho, cuja sede, durante anos, foi o ponto preferido da “fina flor” da intelectualidade paulistana. A importância desse fato é que a construção da chácara induziu ao rápido desenvolvimento dos bairros da Barra Funda e Campos Elísios, originando o loteamento da área.

Apesar de a Barra Funda de Cima já ter consolidada sua formação em termos de ocupação, entre os anos de 1910 e 1915 a cidade de São Paulo recebeu um grande afluxo de população, sem que houvesse uma correspondente oferta de imóveis para atender às novas necessidades. A escassez de casas de aluguel tornou-se aguda, multiplicando-se as queixas contra o Prefeito Antônio Prado, que estava mais preocupado com a remodelação da cidade - exigia demolições indiscriminadas, obrigando a população a procurar novas casas de aluguel elevado - do que com os problemas da habitação, como a proliferação de cortiços explorados por locadores e sublocadores italianos.

Outra característica comum nos bairros populares da época - e presente na Barra Funda - são as vilas operárias (ou casas de vivenda), construídas nas imediações das fábricas (Foto 36). Eram alugadas para os operários, configurando um novo tipo de investimento que associava a montagem de uma indústria ao desenvolvimento imobiliário da região em que se inseria.



Foto 36 - Casas operárias da vila dos ferroviários

A elite do bairro residia nas vizinhanças de Campos Elísios e Santa Cecília, pontos que ainda hoje guardam resquícios de uma ou outra residência maior e mais pretensiosa. Maior área, porém, não escapava à regra dos bairros operários da época: habitações de aspecto modesto, térreas, geminadas, com pequena frente, geralmente possuindo porões dando diretamente para a rua e obedecendo a um estilo mais ou menos padronizado. Contudo, em 1930 tornou-se mais rápido o adensamento da várzea e a modificação da Barra Funda de Cima; com o início da instalação do comércio, deu-se o abrandamento do contraste entre os Campos Elísios – bairro de elite – e a Barra Funda – bairro operário popular –, ocasionando a decadência do primeiro e a caracterização do segundo mais como local de classe média baixa. No limite dos dois bairros começaram a aparecer os cortiços, ocupando os antigos casarões.

A década de 1940 marcou a cidade de São Paulo, urbanisticamente, em virtude dos grandes projetos viários das avenidas e por uma densa verticalização (prédios mais altos e com apartamentos menores¹⁹). Entretanto, a Barra Funda parece não ter sido efetivamente afetada, exceto quando da construção da Via Elevada Presidente Artur da Costa e Silva – o “Minhocão” – entre os anos de 1969 e 1971, que até hoje é apontado como agravante no processo de estagnação e deterioração do bairro.²⁰

A verticalização começava lentamente a fazer parte da realidade desse bairro, com poucos edifícios de apartamentos. Seu perfil horizontal ainda é um contraste na paisagem de uma região da cidade cercada pelos espigões dos bairros vizinhos. Os poucos prédios existentes formam uma paisagem estranha, dentro de um ambiente constituído principalmente por um comércio variado, porém pouco expressivo, e residências antigas e simples, com detalhes arquitetônicos entalhados no início do século XX. Os casarões antigos foram transformados em cortiços e vilas. As primeiras indústrias da cidade foram substituídas pelas oficinas e por pequenas e médias fábricas.

Apesar do início do funcionamento da linha Leste-Oeste do Metrô, em 1988, da construção do Terminal Intermodal da Barra Funda – o maior da cidade – da Rodoviária Oeste, e da inauguração do Memorial da América Latina (projeto de Oscar Niemeyer), os resultados dessas melhorias ainda não são evidentes, inobstante de já se terem passado mais de dez anos, alterando muito pouco o perfil do bairro, aparentemente parado no tempo.

¹⁹ Nessa década, a ferrovia quase nada tinha a ver com o desenvolvimento e ocupação de suas margens, pois mesmo as indústrias ali localizadas não possuíam mais ramal ferroviário, ligando-se agora ao sistema rodoviário: avenida Marginal do Rio Tietê.

²⁰ MARTINS, Luciana Bongiovani. Elevado Costa e Silva: processo de mudança de um lugar. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP. São Paulo, 1997.

Localizado a cerca de três quilômetros da praça da Sé, o bairro chegou ao final do século XX como um espaço ainda bastante ocupado por antigas construções, onde existem poucos terrenos vazios, o que pode instigar a idéia de demolição para dar espaço a novas edificações.

Atualmente, a qualidade das edificações existentes, com seu padrão e estado geral de conservação, não é convidativa à instalação de negócios mais sofisticados (Foto 7). BRUNELLI et alii (2000, p.129), analisando os resultados de uma pesquisa de campo realizada em uma porção do bairro, afirmam:

...49% das edificações do local são de baixo padrão/conservação regular ou de padrão precário/conservação má. As visitas ao local, a seu turno, flagraram muitos imóveis para alugar e, embora não tenhamos informações numéricas, podemos apoiar no depoimento de proprietários nossa crença no reduzido valor dos aluguéis, que nem assim facilitam o firmamento de contratos de locação.



Foto 7 - Imóvel deteriorado

Mas o que chama a atenção nesse lugar dividido pela linha do trem são as contradições: casas de estilo interiorano, com famílias que ainda põem cadeiras nas calçadas para colocar as novidades em dia, misturadas a pontos de prostituição, próximos aos shopping centers, parques e construções arquitetônicas arrojadas, como o Memorial da América Latina. (Foto 8)



Foto 8 - Verticalização do bairro, em contraste com o casario tradicional (r. Capistrano de Abreu)

5 – Aspectos culturais e do patrimônio histórico

O bairro da Barra Funda já teve períodos de glória. No transcorrer de sua evolução ocorreram fatos que mudaram a história da cidade de São Paulo, e projetaram-se construções que se estabeleceram, marcando época, e que merecem destaque especial. Trata-se de edificações que pontuam, ou pontuaram, física e culturalmente, o bairro, no contexto da cidade.

Theatro São Pedro

O Theatro São Pedro (Foto 9), segundo teatro “vivo” mais antigo de São Paulo, foi construído pelo imigrante português Manuel Fernandes Lopes, homem de negócios que fez fortuna no Brasil e, como agradecimento à terra que o acolheu, ofereceu diversão aos brasileiros de São Paulo e de outros estados.



Foto 9 - Theatro São Pedro

Inaugurado em 16 de janeiro de 1917, alguns anos depois da inauguração do Teatro Municipal (1911), é um dos poucos remanescentes dos cerca de vinte e cinco teatros de bairro que existiam no início do século XX, como o São José, o Santa Isabel e o Colombo.

Criado inicialmente para a variedade cultural que imperava na época e que reunia em uma programação eclética operetas, dramas, espetáculos musicais, dança, comédias teatrais e concertos, hoje vem sendo considerado como um teatro de ópera.

A noite de inauguração do Theatro São Pedro foi um marco cultural que contou com a apresentação da peça “A moreninha”, do romancista Joaquim Manuel de Macedo, além da peça “O escravo de Lúcifer” e a subida ao palco de um menino de apenas sete anos, Cecílio Leal do Canto, chamado de “O pequeno Caruso”, que se apresentou acompanhado de orquestra.

Como no início do século XX imperava a cultura européia, o teatro foi construído com estilos variados, com forte influência neoclássica e leve inspiração art nouveau. Suas paredes, em tom salmão, contrastavam com a tonalidade das cortinas de veludo vermelhas e verdes, uma alusão à pátria portuguesa do seu idealizador. O projeto era de importante construtora da época, Siciliano & Silva, assinado pelo arquiteto Augusto Marchesini.

Segundo carta deixada por Fernandes Lopes, o nome do Theatro São Pedro tem raízes portuguesas, sendo uma homenagem ao seu local de nascimento, Sarzedas de São Pedro. Mas, diferentemente do que ocorria na Europa, o prédio e a função do São Pedro não se solidificaram no cenário artístico, e o teatro entrou em decadência.

Na década de 40, com a explosão do cinema, o teatro foi desativado, servindo como palco de projeções cinematográficas de exibidoras como a Metro Goldwine Serrador, e perdendo algumas de suas características arquitetônicas.

Com o crescimento da cidade e a mudança do pólo cultural para outras regiões, o São Pedro foi sendo esquecido, até chegar ao abandono total quando, em 1967, fechou suas portas, abrigando um depósito de materiais de construção e até um estacionamento.

No ano seguinte, a atriz Lélia Abramo, a professora de teatro Maria José de Carvalho e Marcos S. Oliveira redescobriram o Theatro e, com a colaboração do administrador e produtor Maurício Segall e de Beatriz Segall, propuseram-se a recuperá-lo. O São Pedro foi reformado, conservando-se e modernizando o equipamento e instalações acústicas.

Era o ano do Ato Institucional nº5. Foi, talvez, a fase mais agitada, com a montagem de várias peças ganhadoras de prêmios. Era o momento de movimentos políticos e da cultura engajada contestando a ditadura militar, e o São Pedro transformou-se no teatro da resistência.

Uma nova reforma, em 1970, deu ao teatro uma sala menor, com 200 lugares, para espetáculos de elenco reduzido, batizada de Studio São Pedro, marcando seu período de maior importância artística e política. Foram encenados textos de Brecht, Ariano Suassuna, Peter Weiss, Chico Buarque. Atores como Paulo Autran e Fernanda Montenegro somaram-se àqueles que faziam a história do São Pedro: Leopoldo Fróes, Sadi Cabral e Procópio Ferreira.

Em 1973, o teatro foi sublocado à Secretaria de Estado da Cultura, transformando-se em sede da Orquestra Sinfônica Estadual. Continuou abrigando no Studio, até 1981, montagens de espetáculos teatrais. Desativado desde 1982, o teatro foi tombado em 1984 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat, embora alterado em relação a sua concepção original. (Fotos 10 e 11)



Foto 10 - Estacionamento ao lado do Theatro São Pedro, com as fachadas tombadas



Foto 11 - Estacionamento ao lado do Theatro São Pedro – posterior das fachadas tombadas

Durante a última reforma, as paredes externas e o telhado foram alterados, mantendo-se, contudo, a base da construção e o projeto originais. No hall de entrada, recuperaram-se os elementos pictóricos que remontam à época da inauguração, em 1917. A platéia e os balcões foram dotados de cadeiras novas, que em conjunto com um moderno sistema de ar condicionado, garantem o conforto para os espectadores. O palco manteve a sua boca de cena, recebendo um cuidadoso serviço de restauro. A grande novidade ficou por conta da tecnologia de ponta utilizada na iluminação e sonorização, com equipamentos importados e projeto de blindagem acústica. Apesar do pouco espaço disponível, ainda foram construídas novas instalações para abrigar camarins e casa de máquinas.

Privilegiando a segurança e o conforto, reduziram-se os originais 900 lugares sentados para 636. São 3.800 metros quadrados. Restaurado, o São Pedro preserva o charme da época inaugural, mas conta com capacidade técnica para atender a uma demanda contemporânea de espetáculos.

Cine Santa Cecília

No número 215 da avenida General Olímpio da Silveira havia um cinema, monumento dos anos 30, com um dragão como luminoso e repleto de outros tantos pontos luminosos, num teto que mais parecia um céu. Quando as luzes se apagavam, acendiam-se estrelas. Dois budas pareciam observar a sala com seus olhos verdes.

O cinema era o Santa Cecília. A bilheteria lateral – esquina com a rua Conselheiro Brotero – permanecia quase sempre fechada. Lá do alto, o dragão de ferro, com as asas cobrindo a cauda e iluminado por uma estrela, parecia promover o ponto de encontro de Santa Cecília, Higienópolis, Barra Funda e Perdizes. Mais que uma sala de cinema, o cine foi um espaço onírico na São Paulo dos anos 30.

O autor deste sonho materializado foi o engenheiro Álvaro de Salles Oliveira. A construção apresentava três abóbadas com conchas e elementos florais na sala de espera, e uma grande abóbada na sala de espetáculos. De dentro para fora, via-se a rua com a luz filtrada por treliças de madeira. Era um grande recinto em desnível, a platéia era uma laje inclinada e havia um mezanino com suporte lateral, onde ficavam os camarotes. O responsável por toda a decoração minuciosa e ambientação fantástica foi o arquiteto Joseph Pitillik.

Detalhes da entrada evocavam mesquitas ou templos muçulmanos. A grande sala de espera impressionava: espelhos, colunas encimadas por elefantes de marfim, bancos de quatro metros com elefantes feitos em madeira entalhada nas extremidades, as abóbadas delicadamente trabalhadas em estilo oriental, as luminárias, conchas de vidro colorido, arcadas com painéis estranhos, lembrando mesquitas no estilo de arte mogol levada pelos árabes para o norte da Índia. Característica disso era o painel desenhado na arcada esquerda tendo, ao pé, o bronze de uma mulher em posição de meditação. Vários estilos conviviam nessa obra.

A grande abóbada com iluminação zenital contribuía para um efeito de sonho no interior do cinema. Possuía estrelas de 60 a 160 centímetros de diâmetro, as quais, enquanto o cinema escurecia para o início da sessão, progressivamente se acendiam. Os exaustores instalados no recinto, bem como a permanência da iluminação das estrelas, propiciavam a sensação de se estar ao ar livre. Durante a projeção, as pupilas iluminadas das figuras de bronze ao lado da boca de cena e os efeitos mágicos da abóbada exerciam um efeito quase hipnótico.

O “progresso” e a falta de empenho na preservação foram razões de sua destruição. Hoje funciona, no lugar, uma revenda de pneus e acessórios para automóveis, desvanecendo-se, definitivamente, o cenário encantado de muitas ilusões.

Casa Mário de Andrade

Mário de Andrade, ou melhor, Mário Raul de Morais Andrade, paulista-no do fim do século XIX e um dos escritores mais conhecidos do país, nasceu no dia 9 de outubro de 1893, no nº 320 da rua Aurora, centro da cidade de São Paulo. Aos 17 anos de idade passou a se dedicar à música, estudando piano. Seu trabalho mais renovador vai-se definir em 1922 com a Semana de Arte Moderna.

Um sobrado geminado, típico da classe média do início do século XX, despertaria pouco ou nenhum interesse de preservação pelos órgãos de defesa do patrimônio histórico. Mas não o da rua Lopes Chaves, nº 546, Barra Funda, centro de São Paulo, tombado pelo Condephaat a 6 de março de 1975 (Fotos 12 e 13). Ali morou Mário de Andrade, após ter residido por alguns anos no largo do Paiçandu.



Foto 12 - Casa Mário de Andrade – imóvel tombado



Foto 13 - Casa Mário de Andrade (lateral)

A casa foi construída em 1917 e Mário de Andrade e sua família para lá mudaram-se em 1918. Ela era rodeada de verde e em sua frente havia um belo jardim com bancos. O mobiliário original, todo ele desenhado por Mário de Andrade e executado pelo Liceu de Artes e Ofícios - respeitando o design alemão então em voga - encontra-se no Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo, restando no local apenas os móveis da cozinha e do escritório. A casa, que já foi palco de ensaio para o Grupo Arte Macunaíma (teatro), contava com uma sala de música, onde o ilustre morador dava aulas de composição. Nesse mesmo cômodo havia um armário feito sob medida para acomodar partituras. Havia ainda uma minibiblioteca com livros que Mário de Andrade ganhara de presente, todos com dedicatória. No porão ficava escondida a maior parte dos seus livros, sua verdadeira biblioteca, espaço atualmente aproveitado para a realização de atividades com crianças, devido ao baixo pé-direito. Eram quatro ou cinco cômodos enormes, com todas as paredes repletas de livros de cima a baixo, além de mais estantes pelo meio dos cômodos, atravancando a passagem.

Era um acervo eclético: os latinos, os gregos, epopéias, romances de cavalaria, os alemães, ingleses, franceses, espanhóis, os clássicos e os modernos italianos, os portugueses dos cancioneiros, em meio a filosofia, filologia, estética, sociologia, história, tudo riscado e anotado, denotando manuseio constante. Suas notas marginais contêm juízos de valor profundos. No último cômodo, em meio a essa verdadeira biblioteca pública, uma modesta mesinha de pinho, sobre a qual Mário de Andrade se debruçava para leitura. Uma porta separava o porão em duas partes: a biblioteca e as dependências de empregados, com entrada independente. Na parte de cima do sobrado ficavam os quartos da mãe e da tia de Mário de Andrade, um grande banheiro, uma biblioteca pequena e o quarto onde dormia o escritor, que era o menor da casa, o que demonstra seu despojamento, simplicidade e humildade.

Além de sua atuação no campo das Letras, Mário de Andrade teve importante desempenho enquanto diretor do Departamento Municipal de Cultura, que criou em 1934 a convite do prefeito da época, Fábio Prado. Mário, nessa diretoria, tentou dinamizar as atividades culturais da cidade, preocupando-se em torná-las acessíveis às massas. Assim foram criadas bibliotecas circulantes, parques infantis, concertos e espetáculos a preços simbólicos, exposições de artes plásticas, conferências, pesquisas folclóricas e sociais, vários cursos de etnologia, além do Congresso da Língua Nacional Cantada.

Com seu afastamento do Departamento Municipal de Cultura, devido à ditadura Vargas e sua incompatibilização com a administração do prefeito Prestes Maia, Mário exilou-se voluntariamente no Rio de Janeiro onde dirigiu, de 1938 a 1941, o Instituto de Arte da Universidade do Distrito Federal. Foi nessa passagem pelo Rio que Mário começou a colaborar para a formação do Serviço do Patrimô-

nio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Voltando a São Paulo, passou a ser técnico dessa instituição.

Mário de Andrade centrou na rua Lopes Chaves o conhecimento do mundo, dos homens e das idéias. No seu sobrado, às quartas-feiras, o escritor recebia visitas de personalidades importantes da época, como músicos, escritores e intelectuais, entre eles os jovens que participaram da Semana de Arte Moderna, além de grupos de alunos. Na calada da noite, principalmente nos últimos anos de sua vida, quem passasse pela rua Lopes Chaves nº 546, veria as janelas de seu estúdio abertas e luzes acesas. Lá estaria Mário de Andrade trabalhando a sua obra vasta, ou tirando de seu companheiro inseparável de tantos anos - um pequeno órgão - sons puros de compositores consagrados, como Chopin, Mozart, Brahms, Beethoven e Bach. Segundo exigências desse modernista, expressas em seu testamento, a casa só poderia ser ocupada pela própria família ou como um centro de arte. Mário de Andrade morreu em 1945, nesse domicílio. Acometido por um enfarte fulminante no topo da escadaria, desceu rolando os degraus.

A partir de 1986, já adquirida pelo governo estadual, abrigou o Museu da Literatura, mas o próprio acervo do escritor, cerca de 15 mil livros, já havia sido vendido à Universidade de São Paulo, encontrando-se atualmente no Instituto de Estudos Brasileiros. Em 20 de agosto de 1990, o secretário de Estado da Cultura, Fernando Morais, inaugurou a Oficina da Palavra, um projeto pioneiro na área da literatura, criado por ele, Pedro Paulo de Sena Madureira e Roniwalter Jatobá. Com o objetivo de incentivar a criação de textos literários por meio de seminários e palestras, oferece vários cursos de literatura aos paulistanos. Entre outras atividades ali desenvolvidas, podemos citar a oficina de teatro para crianças, curso de encadernação e cartonagem, teatro para terceira idade, encontros de escritores, alfabetização solidária, ciclos de poesias e saraus musicais.

A Casa Mário de Andrade é um exemplo de como um imóvel com importância histórica é subutilizado. A casa está isolada no contexto urbano. Não houve um projeto para que o bairro recebesse este patrimônio e os moradores não se envolveram com o tombamento, assim como a maioria dos paulistanos desconhece o trabalho ali realizado. As edificações vizinhas já deveriam estar preparadas, oferecendo um certo apoio comercial e de serviços para atração de turistas do Brasil e do mundo.

Memorial da América Latina

O Memorial da América Latina (Fotos 14, 15 e 16) foi concebido para ser um espaço de integração e informação dos países latino-americanos. Através de manifestações culturais envolvendo arquitetura, artes plásticas, música, livros e vídeos, artesanato e objetos históricos, mostra a luta desses povos, sua cultura, seu trabalho e aspectos de seu cotidiano.



Foto 14 - Memorial da América Latina



Foto 15 - Memorial da América Latina

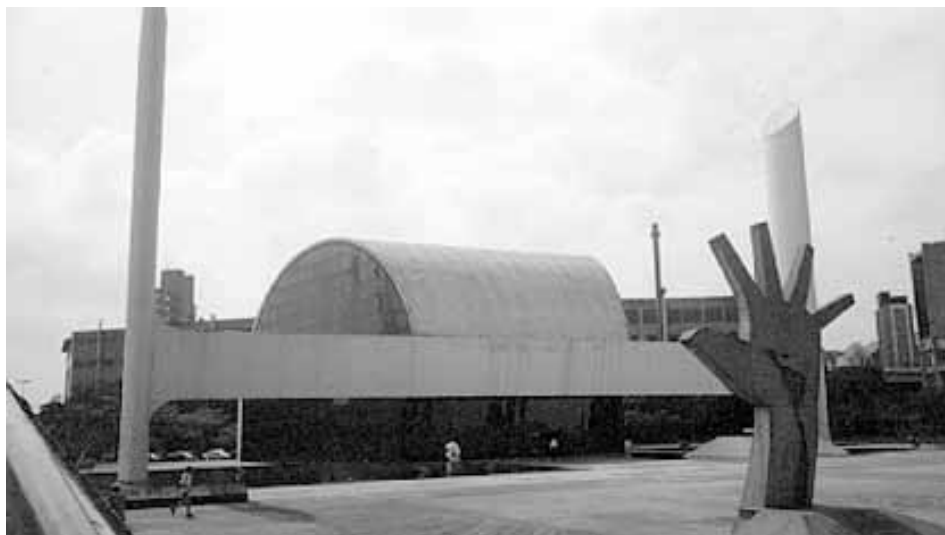


Foto 16 - Memorial da América Latina

Idealizado pelo antropólogo e escritor Darcy Ribeiro e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi inaugurado em 18 de março de 1989, com o objetivo de desenvolver a consciência da integração e aprofundar a convivência e amizade entre os povos da América Latina.

Constituído por vários edifícios que somam 20 mil metros quadrados, está situado em um terreno de 78 mil metros quadrados, um antigo estacionamento de caminhões, acoplado ao Terminal Intermodal de Transportes da Barra Funda.

Em 1992, foi inaugurada a sede permanente do Parlamento Latino Americano, o Parlatino, a primeira instituição internacional sediada no Brasil.

O Memorial é formado por vários blocos, com atividades culturais:

- Centro Brasileiro de Estudos da América Latina - CBEAL, criado para desenvolver estudos sobre temas latino-americanos sob uma perspectiva interdisciplinar;
- Biblioteca Latino Americana, vinculada ao CBEAL, tem como principais atribuições reunir, organizar e disseminar a expressão cultural representativa de cada um dos países da América Latina.
- Salão de Atos, sede de solenidades e recepções do Governo do Estado de São Paulo, especialmente aquelas ligadas às questões do subcontinente, é o coração do Memorial. Abriga a mais importante obra de Cândido Portinari, o Paineis Tiradentes, de 1948, medindo 18,00 x 3,00m, além de seis painéis heráldicos, em baixo-relevo, construídos em concreto aparente

pelos artistas plásticos Caribé e Poty, que homenageiam os povos pré-colombianos, afros, conquistadores, imigrantes, libertadores e edificadores.

- Auditório Simón Bolívar, com capacidade para cerca de 1.600 pessoas, é formado por duas platéias separadas pelo palco, onde acontecem grandes espetáculos artísticos. Funciona também como centro de convenções em conjunto com o Anexo dos Congressistas.
- Pavilhão da Criatividade, exposição permanente de arte popular latino-americana que reúne, em especial, trabalhos dos países com forte influência das civilizações pré-colombianas: México, Guatemala, Peru, Equador e Bolívia. O pavilhão abriga, também, uma exposição de arte popular brasileira, uma ala para exposições temporárias e o “espaço vídeo”, usado para exibição de documentários.
- Galeria Marta Traba, um espaço para a difusão da arte latino-americana e para o intercâmbio cultural com os países do nosso continente. A galeria é hoje o único espaço museológico existente no Brasil inteiramente dedicado às artes e à cultura latino-americanas.
- Praça Cívica, área externa, um espaço aberto, destinado ao encontro de multidões e manifestações culturais, onde se vê a “Grande Mão” - escultura em concreto, também de Niemeyer, que representa uma mão aberta, em posição vertical, com o mapa da América Latina pintado em vermelho na palma - o maior símbolo do Memorial.

Em 11 de dezembro de 1997, o prédio onde funciona o Memorial foi tombado como patrimônio histórico e artístico estadual pelo Condephaat.

O tombamento justificou-se por dois motivos: a importância da obra arquitetônica, considerada a segunda mais importante de Oscar Niemeyer, depois de Brasília, e o valor sócio-político do Memorial, como sede do Parlamento Latino Americano, representando um marco da identidade dos povos latinos e sugerindo a unidade continental.

Circo Piolin

Que magias abrigava o número 201 da avenida General Olímpio da Silveira? Lá existia um circo e um palhaço, muitos trapezistas, equilibristas, engolidores de fogo, alegrando o “respeitáááável púúúúblico!”

Chamava-se Circo Piolin, nome artístico de Abelardo Pinto (Foto 37). Filho de Clotilde e Galdino Pinto, começou ainda pequeno no circo de seus pais. Em uma de suas primeiras apresentações, ainda como contorcionista, acabou entalado em uma cadeira, o que o deixou acobrinhado a ponto de não querer ir à escola

para não ser alvo de chacota dos colegas. Ressentia-se das constantes mudanças do circo, o que o obrigava a um constante começar de novo. Sobreviveu à terrível gripe espanhola, vinda dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial e que se alastrou por algumas cidades brasileiras em 1918. Já homem feito, trabalhou no Circo Queirolo, no largo do Paiçandu, tornando-se conhecido como Careca, o ciclista. Aprendeu muito com o astro da companhia, o palhaço Chicharrão, nome artístico de José Carlos Queirolo. Sua estréia como clown, junto a Chicharrão, em 1929, aconteceu quando Harry e Chic-Chic, respectivamente Julian e Otelo Queirolo, viajavam. Assumiu definitivamente como palhaço, em substituição a Chicharrão, quando este abandonou o circo da família. Morreu aí o ciclista e nasceu para o universo circense o palhaço Piolin.



Foto 37 - Palhaço Piolin

Piolin tornou-se o primeiro palhaço do Circo Queirolo e, como Chicharrão, quis remuneração de acordo com sua popularidade, com o que os Queirolos não concordaram. Piolin partiu, então, indo para o circo do Alcebíades, armado no mesmo largo do Paiçandu, enquanto os Queirolos se mudaram para a rua Formosa. Foi “adotado” pelos intelectuais modernistas como o maior talento cômico do Brasil.

Após 27 de março de 1929, quando completou 32 anos e foi “almoçado” pelo Clube de Antropofagia, os modernistas rarearam suas visitas ao circo. No início

da década de 30, com circo próprio, esteve em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ao retornar, armou tenda, sucessivamente, na Pompéia, no Paraíso, no Brás e na praça Marechal Deodoro (Centro), onde o Circo Piolin permaneceu até 1949, quando se transferiu para o n.º 201 da rua General Olímpio da Silveira. Na década de 50, fez teatro com Oduvaldo Viana, cinema com Adolfo Celi e chegou a ter o “Cirquinho do Piolin” na TV Tupi.

Na véspera do Natal de 1961, após a tragédia de Niterói em que um circo se incendiou, provocando centenas de vítimas, ordenaram a Piolin que abandonasse o circo e o desmontaram – o terreno pertencia ao IAPC, órgão da Previdência Social. Ninguém o apoiou. Piolin continuou trabalhando, mas morreu pobre e sem circo. De nada lhe valeu uma medalha no peito e o nome em uma rua – na verdade uma viela saindo do largo do Paiçandu, antigamente a do mesmo nome, onde montou seu primeiro circo –, pois tiraram-lhe seu espaço, sagrado, elo entre o Homem e o Sonho.

Por mais de dez anos, o espaço anteriormente ocupada por seu circo permaneceu abandonada. Recentemente, foi construída uma casa de jogos de azar (bingo) no lugar em que a alegria do palhaço encantava multidões.

Segundo o escritor Roberto Biccelli²¹, “existem na paisagem urbana elementos que se transfiguram em totems. Ao serem destruídos, tornam maldito o espaço que ocupavam”.

O samba de São Paulo nasceu na Barra Funda

No final do século XIX e início do XX, muitos negros chegaram à cidade de São Paulo e, uma vez aqui, foram várias as localidades onde se alojaram, como Liberdade, Lavapés, Bexiga, Jabaquara, Bosque da Saúde e, especialmente, a Barra Funda, que surge como bairro aglutinador destes grupos no período que se estende até meados dos anos 30.

Ao se transferirem para São Paulo, os negros trouxeram consigo a bagagem cultural que foram acumulando anteriormente. As suas manifestações culturais na cidade, nos primeiros anos do século XX, passaram por profundas mudanças. Na transformação e crescimento destas manifestações culturais, destacaram-se alguns negros como os mais ativos aglutinadores. Ao seu redor, formaram-se grupos compactos, transformando suas casas em núcleos de atividade constante. Esses núcleos estiveram ligados tanto à preservação do samba em São Paulo, quanto à criação de novas formas de organização dos sambistas, como os cordões carnavalescos.

Mas havia também outros pontos na cidade, onde era possível encontrar amigos, tocar e dançar o samba, no largo da Banana – na Barra Funda – e nos becos do Bexiga.

²¹ BICCELLI, Roberto. Puncti Luminosi. In: SÃO PAULO (Município) Secretaria Municipal de Cultura. Revista Cidade. São Paulo : v. 4, n. 4. 1996.

Alguns grupos ficaram conhecidos, como o Grupo dos Teimosos do Bexiga e o Bloco dos Boêmios da Barra Funda, que logo depois se transformaria em cordão famoso.

O fundador dos cordões carnavalescos paulistanos, Dionísio Barbosa, morava no bairro da Barra Funda desde 1906. Aos 18 anos foi para o Rio trabalhar na fábrica de camas Primavera. De volta a São Paulo, ao mesmo bairro, fundou o Grupo Carnavalesco Barra Funda. Na formação do cordão, Dionísio Barbosa valeu-se do que vira no Rio de Janeiro. O percurso do grupo era feito a pé por toda Barra Funda, avenidas São João, Angélica, Paulista, Brigadeiro Luís Antônio, largo São Francisco, rua São Bento e praça do Patriarca. Depois, o grupo voltava subindo a avenida São João e chegava à sede na Barra Funda, à rua Conselheiro Brotero, casa de Dionísio Barbosa, e depois na rua Vitorino Carmilo. A indumentária típica do grupo era calças e sapatos brancos, chapéu de palha e camisa verde, que lhe valeu a denominação “Camisa Verde” até que o Estado Novo a proibisse²². O nome do grupo mudou para “Camisa Verde e Branco” e passou a engrossar fileiras na luta por um carnaval paulista por várias décadas.

Os cordões carnavalescos paulistanos mantinham atividades para angariar dinheiro para o fundo de carnaval. As mais comuns consistiam em bailes realizados uma vez por mês na sede, ou em salão alugado, tendo ficado famoso o da rua Lopes Chaves, na Barra Funda, utilizado pelo Camisa Verde e que posteriormente deu origem ao “Royal”, importante salão de danças de grupos negros. Desde sua criação, constituíram-se no canal natural por onde escoaram as iniciativas criadoras, favorecendo o desenvolvimento cultural de todo um grupo e, principalmente, possibilitando o desenvolvimento do espírito associativo negro, duramente reprimido nos tempos da escravidão, e do qual as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos constituíram exceção.

Em 1936 e nos anos seguintes, o grupo não levou o seu carnaval às ruas, talvez pelos problemas surgidos no governo Vargas. Com a decadência do grupo, surge um movimento para reorganizá-lo, e um novo sambista e guerreiro despon-ta para reagrupá-lo: Inocêncio Tobias, o “Mulata”.

Em 4 de setembro de 1953, Inocêncio Tobias fundava o Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco, tendo a Barra Funda como quartel general, iniciando uma carreira de glórias. Na categoria de cordão, tornou-se campeão em seu primeiro desfile em 1954 e foi campeão novamente em 1968 e 1969.

Em 1972, por falta de concorrentes, passava para a categoria de Escola de Samba, ingressando no Grupo 1 do carnaval paulistano. Inaugurava, em 1974,

²² O grupo sofreu alguns problemas no governo Vargas, por ser confundido com simpatizantes do Partido Integralista de Plínio Salgado, que também eram popularmente conhecidos como “camisas verdes”.

sua quadra de ensaios situada na rua James Holland, nº 666, dando início a uma trajetória de sucessos, conquistando um título inédito de tetracampeã nos anos 1974, 1975, 1976 e 1977, voltando a ser campeã em 1979. Ganhou novamente em 1989, 1990, 1991 e conquistou outro tetra em 1992.

Em 1996, a escola passa por momentos difíceis devido à recessão e não se classifica, sendo rebaixada para o grupo inferior. No ano seguinte, a agremiação une esforços para voltar ao grupo de elite do carnaval paulista, e faz um desfile coroadode êxito, com um enredo genuinamente brasileiro, que contava a história do guaraná, fruto de origem amazônica.

O GRESM Camisa Verde e Branco (Foto 17), para muitos, é uma escola de glória. Não parou no tempo, pois a cada dia novos fatos e conquistas agregam-se a sua história.



Foto 17 - GRESM Camisa Verde e Branco; ao fundo, torre do Wal-Mart Supercenter

A Chácara do Carvalho

A Chácara do Carvalho²³, situada na alameda Barão de Limeira, esquina com a alameda Eduardo Prado, foi a residência do Conselheiro Antônio da Silva

²³ Existem duas versões para o nome da Chácara: a primeira, conforme tradição oral da família Carvalho Franco, o nome refere-se a um ilustre antepassado, Francisco de Assis Carvalho, avô do historiador Francisco de Assis Carvalho Franco, que foi proprietário daquelas terras por volta de 1840. A segunda, menciona um carvalho que existia no lugar onde a Chácara foi constituída. Há uma descrição detalhada do palacete da Chácara em: *HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 287p.*

Prado e sobressaiu como um dos mais importantes palacetes da cidade de São Paulo. Sua sede, atualmente uma das casas das Irmãs Madre Cabrini, abriga as instalações do Instituto de Educação Boni Consilii (Foto 18).



Foto 18 - Colégio Boni Consilii, na antiga Chácara do Carvalho

O Conselheiro Antônio da Silva Prado foi um homem rico e personalidade famosa em sua época. Viveu num período histórico, político, social e econômico dos mais importantes para o País, ou seja, a transição entre a Monarquia e a República, entre a escravidão negra e a imigração européia, o apogeu da produção e exportação do café e o início da industrialização. Em São Paulo, o cafeicultor projetou-se em dimensão nacional e internacional, tanto em termos políticos como econômicos.

O conselheiro, diferentemente da antiga aristocracia rural do Vale do Paraíba, não se deteve no capitalismo agrário-escravista, partiu para empreendimentos e iniciativas próprios de uma nova camada de proprietários de terras, que se sobressaíram como figuras urbanas, vivendo na cidade.

Antônio Prado nasceu no velho núcleo central de São Paulo, na casa do Barão do Iguape, seu avô materno, nos Quatro Cantos, atual praça do Patriarca. Seus pais, Dona Veridiana Valéria da Silva e Martinho da Silva Prado, pertenciam a famílias paulistas de abastados comerciantes, proprietários de tropas de mula e senhores de terras. Recebeu educação esmerada, formando-se bacharel em Letras

no antigo Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, e bacharel em Ciências Jurídicas, na Academia de São Paulo.

Após passar alguns anos na Europa, casou-se em 1868 com Maria Catarina da Costa Pinto, filha do Dr. Antônio da Costa Pinto, que, como o conselheiro, fora Ministro do Império.

Antônio Prado foi importante cafeicultor, empresário e industrial. Em 1866, formou a Fazenda Santa Veridiana e, em 1885, com seu pai e seu irmão Martinico Prado, adquiriu a Fazenda São Martinho. Em 1878, participou da fundação da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, e foi seu presidente de 1892 a 1927. Presidiu, também, a Caixa Econômica Imperial, em 1876, e o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, de 1899 a 1920. Em 1887, fundou, com Elias Pacheco e Chaves, a Companhia Prado Chaves Exportadora. Formou ainda o primeiro frigorífico para exportação de carne e a Vidraria Santa Marina, que fornecia vasilhames de vidro para a Companhia Antártica Paulista.

Afeiçoado a esportes, foi um dos fundadores do Jockey Club do Rio de Janeiro, em 1869, e de São Paulo, em 1875. Colaborou, ainda, para o surgimento do Automóvel Clube de São Paulo, em 1908. Por volta de 1880, arrendou o Teatro São José, de Elias Chaves, trazendo para São Paulo as companhias estrangeiras que iam à Corte.

Sua carreira política foi destacada. Em 1865, iniciou-se na política como vereador e presidente da Câmara Municipal. De 1872 a 1884, foi deputado geral, ocupando três pastas do Ministério Imperial: Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Foi eleito prefeito em São Paulo por três turnos consecutivos, de 1899 a 1910.

Embora monarquista (chefiou o Partido Conservador), tornou-se liberal progressista. Era um homem popular e carismático, alvo de expressivas homenagens por parte da população.

Em 1875, o Barão de Iguape, seu avô materno, faleceu, deixando para o neto a Chácara do Carvalho, onde o conselheiro mantinha uma coudelaria, onde criava parelheiros de puro sangue para corrida e passeio. A chácara não era residência do conselheiro, mas a família costumava passar lá alguns fins de semana. Era comum organizarem-se passeios a cavalo da rua São Bento até a chácara. Os ciclistas, liderados por Antônio Prado Júnior, costumavam pedalar nas ruas próximas, o que levou à idéia da construção do Velódromo Paulista.

Contudo, as terras ficavam em lugar brejoso, perto do rio Tietê. Estendiam-se do Caminho de Jundiá, atual praça Marechal Deodoro e rua das Palmeiras, até os trilhos das ferrovias. Eram banhadas pelo córrego do Carvalho, que nascia no tanque do Arouche e corria paralelo ao Pacaembu. Sua topografia era irregular. Limitava-se com a Chácara do Bom Retiro – do Marquês de Três Rios –, com o Campo Redondo, com a Chácara das Palmeiras e, do lado do rio Tietê, com a antiga Várzea do Sales.

Com a instalação da ferrovia, as terras valorizaram-se. Contudo, o Conselheiro Antônio Prado só começou a se interessar por elas durante o En-

cilhamento²⁴, quando se intensificou a especulação imobiliária. Em 1890, o conselheiro resolveu loteá-las, tendo como compradores: Francisco e Alexandre Siciliano, Cesário Ramalho da Silva, Manuel Lopes de Oliveira, Antônio Cardoso Ferrão, Victorino Gonçalves Carmilo e o Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo (algumas ruas receberam o nome dos novos proprietários das terras).

O conselheiro reservou para si uma gleba com frente para a alameda Antônio Prado, atual alameda Eduardo Prado, e flancos para as ruas Vitorino Carmillo, Lopes de Oliveira, Capistrano de Abreu e Conselheiro Nébias, junto aos trilhos das ferrovias Santos-Jundiaí e Sorocabana, onde construiu a Chácara do Carvalho, cujo projeto e construção ficaram a cargo do florentino Luigi Pucci.²⁵

Os imigrantes italianos e os negros ficavam separados pelos trilhos da ferrovia, na Barra Funda de Baixo, cujo loteamento já estava esboçado e onde apareciam apenas as ruas do Bosque, Garibaldi, Lusitana e Bernardino de Campos.

A Chácara do Carvalho abrigava por volta de 60 pessoas, entre familiares, criadagem e alguns agregados, como o médico Décio Olinto. Fato interessante era que, na família do Conselheiro Antônio Prado, os empregados (negros) não eram considerados escravos e recebiam tratamento cortês e respeitoso, fato incomum para muitas famílias de São Paulo.

O Conselheiro Antônio Prado faleceu em 23 de abril de 1929, aos 89 anos, no Rio de Janeiro. Sua filha Hermínia herdou a chácara, onde viveu com os filhos até 1931. Foi então trocada por bônus e seus pertences leiloados entre a família. Abriram-se as ruas Chácara do Carvalho e São Martinho. Os herdeiros lotearam uma parte dos terrenos.

Em 1932, a chácara serviu de quartel para a Legião Negra²⁶. Depois a residência foi entregue aos cuidados de um caseiro português, deixando para trás os momentos gloriosos de sua história, que teve como hóspedes até os reis da Bélgica²⁷, em 1920.

²⁴ Designação pela qual ficou conhecida a política financeira da gestão de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda (novembro de 1889 a janeiro de 1891). Essa política caracterizou-se por vultosas emissões de papel-moeda e pelo estímulo oficial à formação de sociedades por ações. Apesar de obedecer à necessidade imediata de aumento do meio circulante e de incremento da indústria nacional, gerou desenfreada especulação na Bolsa de Valores. A inflação e a especulação descontroladas foram usadas como argumento de pressão, que acabaram obrigando Rui Barbosa a renunciar ao cargo.

²⁵ É curioso notar que o bairro da Barra Funda recebeu com a construção da chácara um novo impulso, contudo, juntamente com os grandes lotes das residências vizinhas, era apenas um apêndice dos Campos Elísios, bairro aristocrático e refinado que encontrou continuidade nessa parte da Barra Funda, limitada pela rua Lopes de Oliveira.

²⁶ Constituída por negros que lutaram na Revolução Constitucionalista.

²⁷ Para hospedar os reis belgas, a chácara foi reformada às expensas da Presidência do Estado.

6 – O terceiro setor

Organizações, organismos e instituições dotados de autonomia e administração própria, que buscam por si mesmos soluções para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado, têm sido considerados integrantes de um setor que não é governamental nem lucrativo, bem como têm recebido diversas denominações desde que se reconheceu sua existência na sociedade civil.

No decorrer das três últimas décadas – período em que ocorreu maior incremento das entidades sem fins lucrativos – entre nós, lentamente, mas de forma considerável no cenário mundial, Terceiro Setor é a expressão que paulatinamente foi substituindo as várias designações pelas quais o mesmo setor vinha sendo reconhecido, quais sejam, organizações não-lucrativas, organizações voluntárias, organizações públicas não-estatais, setor independente, terceira figura, terceira via.

Tais denominações têm sido adotadas genericamente, sem precisão conceitual, e aparecem na literatura em sinonímia com associativismo que atua voluntariamente, que não visa ao lucro, que não é explorado pelo mercado nem conta com serviços prestados pelo Estado.

É um setor que se está definindo e consolidando no País, com crescimento célere e avolumado nos últimos dez anos, impactando nos mais variados campos do conhecimento, no dizer de BARBOSA, assim: na economia (volume de recursos e mão-de-obra empregados); na sociologia (novas formas de solidariedade); na política (formação de associações decorrente da faculdade democrática); no direito (restrições inibem e incentivos fomentam o terceiro setor); na administração pública (na busca por resultados afins, entidades que não visam ao lucro podem tornar-se parceiras formais ou informais do governo). (BARBOSA, 1999, p.2)

O Terceiro Setor pode ser resumido como aquele que não é público nem privado. Além do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), há um terceiro setor, não governamental e não lucrativo, que é independente e mobiliza de modo particular a ação voluntária das pessoas. (FERNANDES, 1994)

Para a quase totalidade dos estudiosos e autores da matéria, a saber, Leilah Landim, Rubem César Fernandes, Rosa Maria Fischer, Andrés Pablo Falconer, José Eduardo Sabo Paes, Alexandrina Sobreira de Moura e outros, compõem o Terceiro Setor diversificadas categorias de associações: voluntárias, entidades de classe, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais organizados, organizações não-governamentais – ONGs, demais organizações assistenciais ou caritativas, um “pluralismo real de formações sociais, empresas, grupos” (BARBOSA, 1999, p.39), podendo ser de diferentes naturezas, isto é, voltadas à saúde, cultura, educação, esporte, recreação, assistência social, servi-

ço social, ação comunitária, religião, deficiências, dependências, promoção do voluntariado, meio ambiente, desenvolvimento comunitário, defesa de direitos e atuação política, solidariedade, sindicatos, outras. Podem voltar-se para os próprios membros (esporte, defesa de direitos) ou para um público-alvo deles distinto (assistenciais, deficiências).

O surgimento da primeira instituição de caráter assistencialista, em nosso país, remonta a 1543, a Santa Casa de Misericórdia de Santos, implantada segundo o modelo português de ações cristãs e de caridade, em local outrora pequena vila litorânea, atualmente Município de Santos, Estado de São Paulo. Nasceu assim a entidade inaugural que, passados bem mais de quatro séculos, acha-se agora considerada componente do setor voluntário que não auferе lucros.

O reconhecimento legal dessas entidades – ou organizações, ou instituições – deu-se com o advento da 1ª edição do Código Civil (com entrada em vigor em 1917), na condição de pessoas jurídicas de direito privado, divididas em duas categorias básicas: as associações sem fins lucrativos e as fundações.

Precedendo a relação das organizações adiante assinaladas, considerou-se imprescindível para entendimento a apresentação da explicação acima, fundamentada em análise de BOSISIO e LINS (2000, p.24), por ser o Terceiro Setor ainda terreno em vias de definição, sem conceituação definida, e devido a muitas dúvidas sobre o que é e sobre o que lhe pertence, além de o termo utilizado para designá-lo não ser também de todo conhecido.

Terceiro setor na Barra Funda

Aferido o reduzido número de dados e a pouca bibliografia acerca do tema, como um todo, e de não terem sido encontrados registros oficiais de todas as organizações civis sem fins lucrativos sediadas na Barra Funda (as secretarias estaduais e municipais só registram as entidades para as quais há repasse de verba ou outro envolvimento econômico), supriu-se essa lacuna com pesquisa de campo e com amplo recolhimento de fontes primárias e secundárias (oral e eletrônica).

Foi necessário quantificar e qualificar a dimensão civil e voluntária local, para se ter conhecimento de algumas associações, organizações e instituições existentes. Impossível detectar seu exato número; buscou-se, porém, uma abordagem que permitiu exteriorizar expressivo termo numérico. Deparou-se com a coexistência de organismos heterogêneos, do mais diversificado cunho social, que, no intuito de tornar clara a exposição ora pretendida, serão classificados segundo a natureza do serviço executado (BOSISIO e LINS, 2000, p.57).

Nessa consonância, foi constatada a importância de visitas locais e entrevistas pessoais e telefônicas, o que foi realizado com empenho em repetidas jornadas

pelo bairro e registro de fatos relativos à sua história e à vida da comunidade; contou-se com a essencial colaboração de moradores, religiosos, comerciantes, enfim, pessoas que trabalham, moram ou estudam na Barra Funda, as quais forneceram detalhes significativos com generosidade e desprendimento e, com certeza, muita paciência. Além da escassez de dados, enfrentou-se a dificuldade de poder vislumbrar a natureza da principal atividade de todas as entidades, tendo como referência apenas o nome que adotam.

a) Religião

a.1) Igrejas Católicas

O catolicismo exerceu influência muito importante na origem e na história das cidades brasileiras. São Paulo teve como marco inicial a fundação do colégio de mesmo nome, situado na vila dos Campos de Piratininga, na data de 25 de janeiro de 1554. Marcando a presença da Companhia de Jesus no Brasil, o colégio insere-se na missão expansionista, de forte cunho educativo e marcado pela catequese. Nos primeiros dez anos, o Colégio São Paulo teve o Padre José de Anchieta à frente de seus trabalhos.

São Paulo foi a primeira experiência de interiorização no Brasil. Por muito tempo contou com uma população flutuante, marcada pelo movimento dos bandeirantes, e não reunia condições que justificassem a instalação de uma sede episcopal. Após um período conturbado nas relações entre Roma e a Coroa Portuguesa, um acordo diplomático viabilizou a criação da Diocese de São Paulo, efetivada em 1745.

O histórico das igrejas paulistanas guarda estreita relação com a evolução dos bairros. As paróquias foram sendo criadas de acordo com a área geográfica de influência, sendo que o adensamento dos bairros tinha como consequência quase que “natural” o surgimento de uma sede paroquial. Ficavam, então, caracterizadas as chamadas freguesias, definindo os limites de atuação de determinada matriz.

Bairros centrais da cidade tiveram crescimento marcante no final do século XIX e início do século XX. Nesta época, a Arquidiocese de São Paulo, levando em consideração o aumento populacional, deliberou ampliar o número de paróquias.

- Paróquia de Santo Antônio da Barra Funda

Em 1895, a partir de desmembramento da freguesia de Santa Ifigênia, foi criada a Paróquia de Santa Cecília, à qual se anexava a região da Barra Funda.

Ocorreu em fevereiro de 1914, com nova desagregação, a fundação da Paróquia de Santo Antônio da Barra Funda²⁸ (Foto 19).

São Paulo acabara de ser elevada à categoria de Arquidiocese, por decreto do Papa Pio X, em 1913. Era arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva. Em 1º de março de 1914, toma posse o primeiro vigário da paróquia, o Padre José Maria Fernandes. Em 1917, assume o Padre Bernardino P. Bandeira, que morre assolado pela gripe espanhola, em 1918.

Foi possível identificar através de manuscritos arquivados na Cúria Metropolitana de São Paulo que, no ano de 1921, a Paróquia de Santo Antônio da Barra Funda contava com importante organização comunitária, com destacada atuação da entidade civil denominada Associação de Escolas Populares, situada na rua Sousa Lima. Outro exemplo da força da comunidade foi a apresentação de abaixo assinado, contando com mais de 140 assinaturas, pela permanência à frente da paróquia do Vigário Rev^{mo} Cônego Dom Assis de Barros, em 14 de janeiro de 1922.

²⁸ Decreto de criação (Arquivos da Cúria Metropolitana): “Havemos por bem separar, dividir e desmembrar da parochia de Santa Cecília o território que em seguida vai indicado, e n’elle pelo presente Decreto Erigimose e Canonicamente Instituímos uma nova Parochia que se denominará de Santo Antônio da Barra Funda, cuja linha divisória é a seguinte: Com Lapa: da barra do ribeirão Água Branca, no Tieté, segue por esse ribeirão até encontrar a linha Sorocabana. Com Perdizes: da esquina da rua Conselheiro Brotero, na rua Barra Funda até o leito da linha Sorocabana e por elle até encontrar o ribeirão Água Branca. Ambos os lados da rua Barra Funda ficam pertencendo a esta parochia. Com Santa Cecília: da esquina da rua Conselheiro Brotero, na rua Barra Funda, segue pelas ruas Barra Funda e Lopes de Oliveira até encontrar a linha Sorocabana, e depois pela linha Sorocabana até o prolongamento da Alameda do Triumpho. Com Bom Retiro: do ponto de intersecção da Alameda do Triumpho e da linha Sorocabana, segue pela rua Caiuby até o rio Tieté, ficando para o Bom Retiro ambos os lados das ruas divisorias. Com Sant’Anna: do rio Tieté, no prolongamento da rua Caiuby, onde acabam as divisas do Bom Retiro, desce pelo canal e pelo rio Tieté, a barra do ribeirão Mandaqui. Com Nossa Senhora do Ó: da barra do ribeirão Mandaqui, onde acabam as divisas com Sant’Anna, segue pelo rio Tieté abaixo, até a barra do ribeirão Água Branca”.



Foto 19 - Igreja de Santo Antônio da Barra Funda

A denominação atual da via onde se situa a igreja é rua Cônego Vicente Miguel Marino (nº 421, esquina da rua Anhangüera), em homenagem a um de seus párcos.

- Paróquia de São Geraldo das Perdizes

Inserida na área previamente delimitada para levantamentos de dados do presente estudo, a Paróquia de São Geraldo das Perdizes (Foto 20) situa-se em uma região limítrofe entre Barra Funda e Perdizes. Tendo em vista a localização nas divisas e a importância da Paróquia para o entendimento da evolução das cercanias, aqui se faz referência à sua história.



Foto 20 - Igreja de São Geraldo das Perdizes

Reverenciando São Geraldo Majela - leigo italiano proclamado santo em 11 de dezembro de 1904 - a Paróquia teve suas origens na capela de Santa Cruz das Perdizes. Desta não se sabe a data exata de construção, mas a Capela já existia em 1876 e tinha como principal protetor Francisco de Paula Xavier de Toledo, que teve atuação muito significativa para os templos católicos da cidade de São Paulo.

O escritor Leonardo Arroyo, em seu livro Igrejas de São Paulo²⁹, sublinha dados ímpares e peculiares sobre a história da paróquia.

²⁹ ARROYO, Leonardo. Igrejas de São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

Nos anos de 1870, os terrenos da região eram bastante disputados, o que caracterizou uma situação de iminente divisão dos arredores da capela. Em 1878, por conta deste risco, os protetores conseguiram frente à Câmara de São Paulo a manutenção dos terrenos próximos, que vieram a formar o largo Padre Péricles (onde está a igreja) em homenagem ao seu primeiro pároco. Passava por ali a linha de bondes puxados a burro, da Companhia Viação Paulista.

A Capela esteve para ser elevada a sede da Paróquia das Perdizes. Mas, em visita ao local, o Cardeal Dom Joaquim Arcoverde A. Calvacanti, bispo de São Paulo de 1894 a 1897, descartou a possibilidade diante das dificuldades de acesso.

Assim como a Paróquia de Santo Antônio da Barra Funda, a de São Geraldo foi desmembrada da Paróquia de Santa Cecília. O ano da criação também coincide: 1914. De igual modo, com autorização do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Na torre dessa igreja está instalado o sino, antes pertencente à antiga Catedral de São Paulo, que soou no dia 7 de setembro de 1822 avisando aos paulistanos a proclamação da Independência do Brasil. Este sino foi fundido na Bahia, com 2 toneladas de bronze. Na ocasião em que foi demolida a edificação original da Catedral da Sé, o sino foi levado para o Mosteiro da Luz. Em 1942, no Congresso Eucarístico Nacional, a Paróquia de São Geraldo acolheu o pedido da Arquidiocese de fazer a procissão de encerramento, que partiu da igreja, passou pelo Vale do Anhangabaú e chegou até o Altar Monumental (erguido naquele Vale). Naquela data, como agradecimento, o sino foi transferido para a Paróquia de São Geraldo, onde se encontra até hoje.

À matriz de São Geraldo estão vinculadas as capelas de São Vicente e a Santa Marcelina.

• Paróquia de Santa Francisca Xavier Cabrini

Da capela do casarão do Conselheiro Antônio Prado, na alameda Barão de Limeira, nº 1379 (na quadra formada por essa via e pelas ruas Chácara do Carvalho e São Martinho), surgiu a Igreja Santa Francisca Xavier Cabrini, fundada como paróquia em 9 de março de 1969 pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Agnelo Rossi.

Algumas missionárias da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, vindas da Argentina para o Brasil, compraram, na década de 20, o imóvel ainda sob inventário, dos cerca de 30 herdeiros do Conselheiro Prado. A propriedade achava-se em completa situação de abandono, povoada apenas por animais. Existia nela uma capela construída no ano de 1926, a mando do conselheiro, para cumprir uma promessa por recuperação de sua saúde.

Instalaram as religiosas, em 1929, o Boni Consilii, primeiro colégio, em São Paulo, da Congregação fundada pela Madre Cabrini (Santa Francisca Xavier Cabrini), italiana dedicada à assistência aos seus conterrâneos imigrantes

nas Américas e que faleceu nos Estados Unidos, onde se radicou após adquirir a cidadania americana. Comemora-se neste ano de 2000 o sesquicentenário de seu nascimento.

Quando a criação da paróquia em questão, com territórios desmembrados das paróquias de Santa Cecília, Santo Antônio da Barra Funda e Coração de Jesus, o Cardeal Rossi pretendia transformá-la em centro de pastoral familiar, sob a denominação de Paróquia da Sagrada Família, com Dom Lucas Moreira Alves (à época Bispo Auxiliar de São Paulo e hoje Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos, no Vaticano) na condição de responsável. Mas esse centro nunca chegou a ser montado.

As missionárias recorreram ao Cardeal e solicitaram a homenagem à Santa Francisca X. Cabrini.

No presente, o trabalho de evangelização extrapola os limites da Igreja, indo ao encontro dos paroquianos, principalmente dos jovens, nas suas residências, em salões de festas e nas escolas estaduais do bairro, as Escolas Estaduais de Primeiro e Segundo Grau “Conselheiro Antônio Prado” (Foto 21) e Dr. Alarico Silveira.



Foto 21 - EEPSP Conselheiro Antônio Prado

- Paróquia de Nossa Senhora das Angústias

Fundada em 21 de abril de 1960, com autorização do Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Carlos Carmelo Motta, a Paróquia Nossa Senhora das Angústias (Foto 22), cujo perímetro foi desmembrado das paróquias de Santa Cecília e São

Geraldo das Perdizes, resultou de grande esforço e diligência de José Alves Pinto, industrial português, fabricante do Conhaque Palhinha e pessoa influente na Barra Funda. Providenciou ele o aterro da área onde está localizada a igreja, antes terreno alagadiço (charco), ofereceu recursos próprios para a construção do prédio, obteve doações de estrangeiros, mobilizou a comunidade local e atraiu apoio e auxílio de muita gente. Foram colocados pequenos tonéis, à guisa de cofres para donativos, em parte da antiga avenida dos Emissários - depois avenida Marquês de São Vicente. Ergueu-se uma pequena capela para os serviços eclesiásticos enquanto a verba necessária à construção do templo era angariada, o que foi realizado em curto espaço de tempo: o imóvel, em menos de um ano, estava concluído.



Foto 22 - Igreja de Nossa Senhora das Angústias

Nossa Senhora das Angústias é padroeira da cidade de Granada, Espanha, e uma imagem de lá trazida estava na Igreja de Santo Antônio da Barra Funda. Em 7 de setembro de 1960 foi transferida para a capela da atual rua Dr. Rubens Meireles, nº 96; no primeiro semestre de 1961 já estava assentada no altar-mor da nova igreja.

Quando ainda não havia pároco, quem celebrava as missas era o Padre Vicente Miguel Marino, da Paróquia de Santo Antônio da Barra Funda. De abril de 1962 a dezembro de 1963, foi nomeado o primeiro pároco, o Padre Antônio Biselli.

a.2) Igrejas Protestantes/Evangélicas

• Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

A igreja anglicana representa a religião oficial da Inglaterra. Após a abertura dos portos do Brasil, os ingleses tiveram permissão, em 1810, de aqui criar igrejas, tendo em vista a ministração de cultos, mas só para eles próprios.

Em 1822, a igreja anglicana dos Estados Unidos (conhecida como igreja episcopal) enviou missionários, a fim de trabalharem na evangelização também de brasileiros, de modo aberto a todos, não mais se restringindo aos membros das colônias inglesa e americana. Tais missionários dirigiram-se por primeiro ao Rio Grande do Sul, indo após para o Rio de Janeiro; a terceira etapa ocorreu na cidade de São Paulo. A pioneira das igrejas em São Paulo localizou-se junto à Estação da Luz, tendo sido depois transferida para Santo Amaro.

Decorrido um século, com o nome de Paróquia da Santíssima Trindade foi em 1924 fundada a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, na praça Olavo Bilac, nº 63, num casarão que seria demolido no início da década de 50 para dar lugar ao templo atual, com construção finalizada em 1955. Foi escolhido esse local da Barra Funda por ser próximo do Centro e, naquela época, considerado bairro aprazível para se morar.

A região, atualmente, abriga grande número de nigerianos, atraídos pelo baixo preço das pensões, e que freqüentam essa igreja. Assim o fazem ingleses e americanos, radicados ou de passagem por esta Capital. De 1968 a 1988, aproximadamente, no mesmo templo funcionou ecumenicamente uma igreja presbiteriana.

• Igreja do Evangelho Quadrangular

Fundada nos Estados Unidos, na cidade de Los Angeles, em 1º de janeiro de 1923, por Aimée Semple McPherson, teve dentre vários planos de ação o de enviar missionários para a América do Sul, processo esse iniciado na década de 40.

A Igreja do Evangelho Quadrangular entrou no Brasil pela cidade de Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia, e chegou a São Paulo como resultado de uma cruzada de evangelização nacional, um movimento também conhecido como “Os tendeiros de Jesus”, uma vez que tendas eram erguidas nos moldes de templos, para a realização dos cultos em nosso país.

Para a instalação da primeira tenda, nesta cidade, os dirigentes escolheram o bairro do Cambuci, em fevereiro de 1954. Em maio, uma forte tempestade a derrubou. Reconstruída, instalaram-na em 31 de maio na Água Branca, em frente à fábrica Matarazzo. Em novembro do mesmo ano, sobreveio a necessidade da colocação de tendas em outras regiões do País, motivando a retirada daquela colocada na Água Branca e ensejando a procura de um prédio para abrigá-la.

Foi escolhido e alugado um imóvel grande, próprio para teatro, na rua Brigadeiro Galvão, nº 723, com capacidade para 1.000 pessoas. Nasceu, assim, a igreja-sede, a primeira de São Paulo, e lá permaneceu por 14 anos.

Em 7 de abril de 1968 foi inaugurada nova sede, nacional, em terreno da praça Olavo Bilac, nº 90 (Foto 23). Há uma filial, também na região da Barra Funda, na rua Camarajibe, nº 42, fundada dia 1º de agosto de 1977.



Foto 23 - Igreja do Evangelho Quadrangular

Outras igrejas do mesmo credo evangélico, mas com diferentes denominações, são aqui apenas mencionadas: Igreja Assembléia de Deus, sita à rua Sousa Lima, nº 26, e a Igreja Recomeçar em Cristo, na rua Lopes de Oliveira, nº 296, e o Templo da Congregação Cristã do Brasil.

a.3) Igreja Oriental

Como representante dessa igreja destaca-se a Igreja Messiânica Mundial do Brasil - Casa de Johrei Barra Funda, localizada na rua Brigadeiro Galvão, nº 840.

a.4) Centros Espíritas

Com uma busca na Federação Espírita do Estado de São Paulo, constatou-se inexistir centro sediado na Barra Funda, que tenha registro naquela federação. Já o resultado na pesquisa de campo trouxe à luz as seguintes entidades: o Centro Espírita Pai Antônio do Bonfim - rua Lopes de Oliveira, nº 379, o Lar Cristão Maria de Nazaré (Misto: religião e assistência social) - rua Vitorino Carmilo, nº 772, e o Lar Espírita Discípulos de Jesus.

b) Fundação Privada

A Fundação Conrado Wessel, entidade privada de fins filantrópicos e de apoio, foi instituída em 20 de maio de 1994 por disposição de vontade, em vida, de Ubaldo Conrado Augusto Wessel, cujo falecimento ocorreu dia 23 de maio de 1993, quando contava 102 anos de idade. Sem herdeiros, destinou seus bens à constituição do patrimônio da fundação, beneficiando entidades com os rendimentos dos imóveis e aplicações financeiras. Conforme vontade do instituidor, os recursos foram assim distribuídos: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Assistência e Promoção Social do Exército da Salvação; Aldeias Infantis SOS do Brasil; Fundação Antônio Prudente (Hospital do Câncer); Associação Escolar Benjamin Constant; e uma outra entidade que atenda crianças carentes, a ser escolhida, anualmente, pelos dirigentes da fundação.

O instituidor, de nome original Ubaldo Konrad August Wessel, mas também chamado Conrado Wessel, nasceu em Buenos Aires, Argentina, em 16 de fevereiro de 1891, descendente de família de Hamburgo, Alemanha, que havia se destacado na Europa como fabricante de chapéus.

Conrado sobressaiu nos estudos de química da fotografia e zincografia, e os aperfeiçoou em Viena, Áustria. Quando da volta ao Brasil, trouxe equipamentos para a confecção de clichês, segundo exigências da época para os serviços gráficos e de todo o tipo de impressão, em nosso país.

Instalou pequena oficina na rua Lopes de Oliveira, nºs 196/198 e, com maquinaria por ele produzida, iniciou a experiência de emulsionamento de papel fotográfico, repetida várias vezes até o resultado satisfatório que culminou no patenteamento do seu processo, assinado pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa.

O papel aqui utilizado era importado, tanto que pouca aceitação obteve o fabricado por Conrado.

Porém, com a revolução de 1924, a cidade de São Paulo ficou isolada da do Rio de Janeiro, então porta de entrada dos produtos importados. Os estoques de papel foram-se esgotando e os fotógrafos profissionais recorreram ao papel fotográfico Wessel, já produzido para diversos usos, e que continuou preferido pelos consumidores mesmo após a pacificação, em detrimento do similar americano ou europeu. Daí surgiu a associação com a empresa de filmes Kodak, para o fabrico de papel Kodak-Wessel, sob a administração de Conrado, por um período contratual de 25 anos. Nessa fase, os consideráveis lucros foram revertidos na aquisição de imóveis nos bairros de Campos Elísios, Barra Funda, Santa Cecília e Higienópolis, somando mais de quarenta que, juntamente com aplicações financeiras bem sucedidas, constituem o patrimônio da fundação. (Foto 24)



Foto 24 - Fundação Conrado Wessel – r. Lopes de Oliveira nº 510

c) Lojas Maçônicas

Filiadas ao Grande Oriente de São Paulo, estão situadas na Barra Funda as seguintes Lojas Maçônicas: Estrela do Porvir e Prometheus, na rua Lopes de Oliveira nº 433, e Perpétuo Segredo, na rua Camarajibe, nº 219. Filiadas à Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, encontram-se a Cavaleiros do Sangreal, a Bandeira das Perdizes e a Adolpho Markeson, sitas à rua Lopes de Oliveira nº 433, e Novo Laço Místico, Cidade de São Paulo e Aldebaran, na rua Sousa Lima nº 334.

d) Assistência Social

Instituições filantrópicas e iniciativas assistencialistas são, na maioria, vinculadas a igrejas, capitaneadas por grupos religiosos ou dirigidas por clubes de serviços. Destacam-se nessa área a Pastoral da Paróquia de Santa Francisca Xavier Cabrini, o Atendimento da Irmã Clara – Colégio Boni Consilii, o Atendimento da Paróquia da Santíssima Trindade, o Programa Gratuito de Alfabetização de Adultos da Igreja do Evangelho Quadrangular e o Centro Social Paroquial São Geraldo das Perdizes.

e) Assistência a Portadores de Deficiência

Duas importantes entidades, conhecidas nacionalmente, acham-se sediadas na Barra Funda, cuja atividade-fim é a assistência a excepcionais carentes, porém em campos distintos:

- Fraternidade Irmã Clara – FIC

Localizada nos baixos da avenida Pacaembu, nº 40, está aparelhada para cuidar de 38 doentes internos, portadores de paralisia cerebral em grau profundo. Existe desde 1982 e tem abrigado pacientes de 2 a 54 anos. (Foto 25)

- Laramara - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual

Encontra-se na rua Conselheiro Brotero, nºs 332, 336, 342 e 353 (Foto 26). Criada em 1992, para reabilitação de deficientes visuais de qualquer grau, com mais de 4 anos. Presta atendimento educacional e de reabilitação a crianças e jovens deficientes visuais por meio de programas próprios e capacita profissionalmente os acima de 14 anos. Possui quatro unidades, na mesma rua, uma delas o espaço gastronômico Café Teen, também utilizado para eventos e exposições; a renda auferida é destinada a auxiliar na sustentação financeira da instituição.



Foto 25 - Fraternidade Irmã Clara – FIC (baixos do viaduto Pacaembu)



Foto 26 - Laramara - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual

f) Recuperação de Dependentes Químicos

Na Cidade, várias igrejas auxiliam na orientação e recuperação de dependentes químicos, expondo cartazes ou placas, na entrada do templo, com nome e telefone das entidades que tratam dessa dependência. É o que ocorre na Igreja Anglicana da Santíssima Trindade, que cede ao Esquadrão Vida salão para atendimento aos interessados e encaminhamento a uma de suas sete unidades, todas na região do Município de Sorocaba, Estado de São Paulo. Nelas, o tratamento é feito sob regime de internação e com acompanhamento ambulatorial no pós-tratamento. A entidade está situada à praça Olavo Bilac, nº 63.

g) Saúde

A população local conta com duas instituições da Prefeitura do Município de São Paulo – Posto de Saúde e Pronto-Socorro – e com uma pertencente ao Terceiro Setor, que é o Centro de Saúde Escola Barra Funda - avenida Dr. Abrahão Ribeiro, nº 283, ligado à Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho).

h) Solidariedade

A sede estadual da instituição Caritas – entidade ligada à Igreja Católica – pode ser encontrada na avenida Thomás Edison nº 355, e foi criada para assistência a flagelados, pessoas atingidas por calamidades públicas.

i) Desenvolvimento Comunitário

Estudos voltados à atuação comunitária têm revelado que o bairro é o centro de referência para a formação de entidades preocupadas com o desenvolvimento local, com os problemas que interferem na qualidade de vida, com o reivindicar ao Poder Público as soluções cabíveis. O meio mais utilizado para essas finalidades é a associação de moradores. Na Barra Funda, há duas entidades nesse sentido: a Associação de Amigos Moradores da Barra Funda e a Sociedade Amigos da Barra Funda.

j) Defesa de Direitos e Atuação Política

Uma série de instituições foram relacionadas, quais sejam: a Associação dos Trabalhadores Sem-Terra da Zona Oeste (rua Camarajibe, nº 52); a Associação em Defesa da Moradia – União Movimento Moradia (rua João de Barros, nº 76); a Escola da Barra (rua João de Barros, nº 77); o Fórum Nacional da Terceira Idade (praça Marechal Deodoro, nº 306 - Metrô); a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB (alameda Barão de Limeira, nº 1232); o Movimento Humanista (rua Brigadeiro Galvão, nº 361); e o Centro de Formação Roseli Nunes, que faz parte da Associação Nacional das Cooperativas de Assentamentos – ANCA (rua Rubens Meireles, nº 136).

l) Sindicatos e Associações Profissionais

Nesse ramo, encontram-se a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de São Paulo, estabelecida na rua Conselheiro Brotero, nº 456, a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo, na avenida Marquês de São Vicente, nº 531, a Associação dos Árbitros da Grande São Paulo, na avenida Thomás Edison, nº 507, a Associação de Ex-alunos da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, o Sindicato dos Empregados das Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – SINDPD e o Sindicato dos Ferroviários da Alta Zona Sorocabana.

m) Clubes de Serviços

Estão presentes, na Barra Funda, dois dos mais tradicionais clubes de serviços, o Lions Clube de São Paulo – Campos Elísios – Distrito LC2 (avenida Rio Branco nº 1753 – Foto 27) e o Rotary Clube (rua Tagipuru nº 209).



Foto 27 - Lions Clube de São Paulo - Campos Elídeos.

n) Recreação

BARBOSA (1999, p.20) explica que, muitas vezes, não fica clara a distinção entre entidades recreativas e entidades culturais. Exemplo dessa “zona cinzenta” são as escolas de samba. Mas a citada autora prefere qualificá-las como associações culturais. Adota-se, aqui, esse entendimento para apontar as duas entidades da área: o Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Camisa Verde e Branco, sito à rua James Holland, esquina da avenida Marquês de São Vicente, e a Escola de Samba Mancha Verde – Centro Social (Foto 28), Desportivo e Cultural Professor Miguel Colasuonno, na avenida Dr. Abrahão Ribeiro, nº 503.



Foto 28 - Escola de Samba Mancha Verde

o) Segurança

A existência de uma organização governamental inserida no contexto do Terceiro Setor pode afigurar contrasenso. Porém, está-se falando de um organismo estatal que atua em estreita sinergia com as instituições de caráter privado e não-lucrativas, interagindo com estas e oferecendo apoio e facilidades em suas petições, alargando e desobstruindo os caminhos que as levam ao Poder Público: o Conselho Comunitário de Segurança – Conseg, que não se realiza sem o Terceiro Setor. Conduzem juntos suas ações, numa convivência que não traduz parceria mas, sim, colaboração entre os dois lados. Tal liame faculta, ainda, a possibilidade de aliança entre entidades de pequeno porte.

Cada Conseg é uma entidade de apoio à polícia estadual nas relações comunitárias e se vincula, por adesão, às diretrizes emanadas da Secretaria da Segurança Pública, que se faz representar, nesses Consegs, pelo Comandante da Polícia Militar da própria área. Há, concomitantemente, a participação do Delegado Titular do correspondente Distrito Policial de bairro – em se tratando de grandes cidades – na condição de membros natos. Sua criação adveio do Decreto Estadual nº 23.455, de 10 de maio de 1985.

No Estado de São Paulo, no presente, estão atuantes cerca de 820 Consegs. Promovem encontros mensais, em caráter ordinário, em locais de uso comunitário (escolas, sedes de sociedades amigos de bairro, clubes de serviços, outros), com a presença de moradores, líderes religiosos ou comunitários, representantes do Poder Público, da indústria, comércio, serviços, escolas, e de qualquer pessoa que tenha uma reivindicação, idéia, proposta, denúncia, cuja oportunidade de serem expostas aconteça nessas ocasiões, direcionadas que são ao objetivo comum de estruturar boa condição de vida a todos de sua região.

Dois Consegs dizem respeito ao bairro da Barra Funda: os que atuam no Distrito Santa Cecília – circunscrição do 77º Distrito Policial – e no Distrito Barra Funda – ligado ao 23º Distrito Policial. (BOSISIO & LINS, 2000, p.47)

Aspectos sócio-econômicos

Primeiramente, é importante ressaltar que, na cidade de São Paulo, são adotadas diversas divisões territoriais distintas, a exemplo das administrações regionais e os distritos³⁰. A rigor, não existe uma divisão territorial objetiva no que concerne aos bairros. Fisicamente, o bairro da Barra Funda pertence a dois dos noventa e seis distritos da cidade - o distrito Barra Funda e o distrito Santa Cecília - sendo atendido por duas administrações regionais (Administração Regional da Lapa e Administração Regional da Sé), e fazendo parte de duas regiões distintas: Região Centro (Distrito Santa Cecília) e Região Oeste (Distrito Barra Funda).

Assim sendo, os dados levantados para as finalidades deste estudo não são relativos apenas ao bairro da Barra Funda, mas sim aos dois distritos mencionados – Barra Funda e Santa Cecília - que constituem a menor divisão eleita para o estudo do bairro da Barra Funda propriamente dito.

Em suma, as informações dos distritos supracitados foram utilizadas para o levantamento do atual estágio sócio-econômico da Barra Funda, o que implica dizer que os resultados obtidos devem ser observados como uma aproximação da realidade do bairro.

Para propiciar um panorama geral dos aspectos sócio-econômicos da Barra Funda e de seus habitantes, as principais fontes pesquisadas foram

³⁰ As agregações por distritos adotam o estabelecido na Lei Municipal n. 10.932/91, alterado pela Lei n. 11.220/92 (criação dos 96 distritos).

o Censo Demográfico de 1991, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, e a série Base de Dados para o Planejamento – BDP, cuja consecução foi realizada pela Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA.

Através de informações referentes à demografia, estrutura etária, renda, saúde, educação, habitação, infra-estrutura, alguns aspectos urbanísticos, atividade econômica e exclusão social, procurou-se a compreensão do nível de desenvolvimento atual do bairro da Barra Funda.

1. Demografia

A Tabela 2.A mostra a população e a taxa anual de crescimento dos distritos analisados. Tanto no período compreendido entre 1980 e 1991, quanto no período entre 1991-1996, essa taxa é negativa, evidenciando que houve perda de habitantes, em contraposição à tendência da própria cidade de São Paulo que, como um todo, apresentou um crescimento anual positivo nos períodos analisados, embora esse crescimento tenha ocorrido a taxas decrescentes.

Tabela 2.A – População e taxa de crescimento populacional das unidades territoriais

Unidades Territoriais	População			Taxa de Crescimento (a.a.) 1980/1991	Taxa de Crescimento (a.a.) 1991/1996
	1980	1991	1996		
Município de São Paulo	8.493.226	9.646.185	9.839.436	1,16	0,40
Distrito Barra Funda (A)	17.894	15.977	14.338	-1,02	-2,14
Distrito Santa Cecília (B)	94.542	85.829	75.826	-0,88	-2,45
(A) + (B)	112.436	101.806	90.164	-0,90	-2,40

Fonte: Sempla - BDP Série Setorial (1999)

Em 1996, a população dos dois distritos mencionados correspondia a pouco menos de 1% da população total do Município de São Paulo.

O Gráfico 2.A mostra que os dois distritos em foco possuem uma estrutura etária bastante parecida, com a concentração de população adulta como característica predominante, e uma tendência visível de crescimento da população idosa. Essa tendência é corroborada pelo indicador Índice de Envelhecimento³¹: de 1996 para 1999, o índice mencionado aumentou cerca de 52% no Distrito Barra Funda (de 62,84 para 95,34), e cerca de 56% no Distrito Santa Cecília (de 81,52 para 126,79).

³¹ Índice de Envelhecimento = $\frac{\text{População de 65 anos e mais}}{\text{População total}} \times 100$.

Gráfico 2.A Distritos Barra Funda e Santa Cecília: composição etária comparada 1991-1996 (em %)O Gráfico 2.B resume os indicadores mencionados.

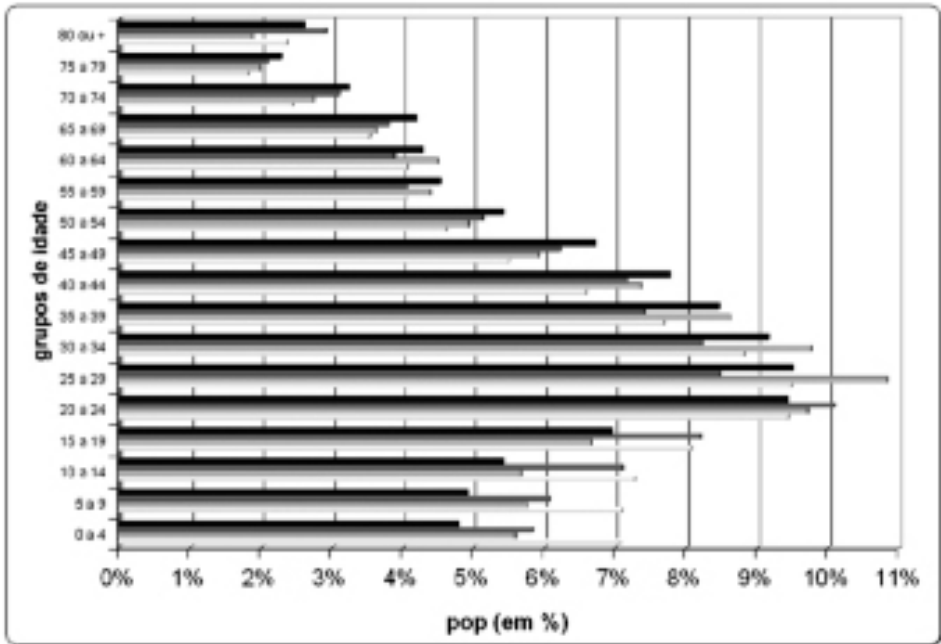
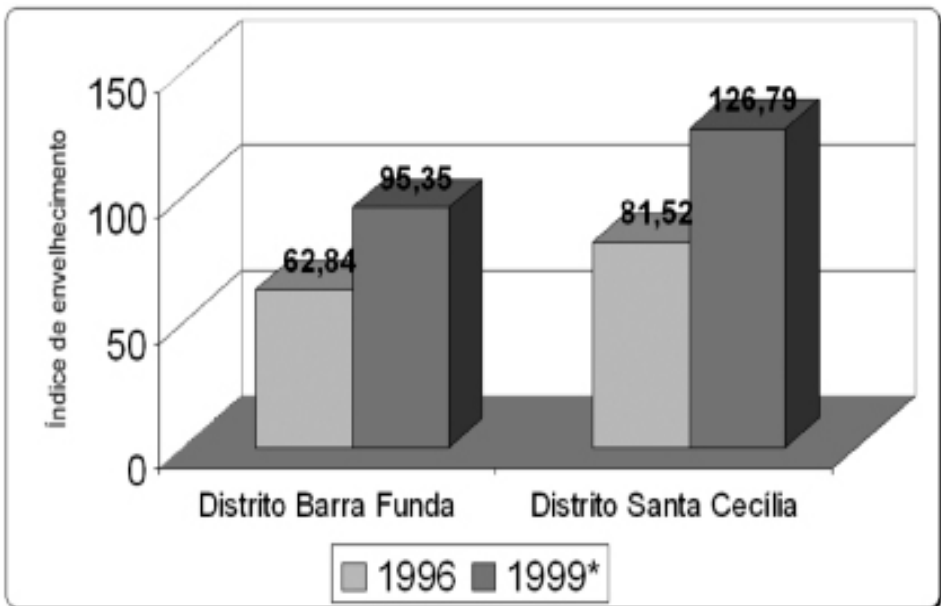


Gráfico 2.B – Índice de Envelhecimento: 1996 e 1999



* Estimativa / Fonte: Sempla (1999).

A Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA estimou que os dois distritos analisados, em razão de sua grande parcela de população idosa, estão situados na faixa mais elevada entre as cinco consideradas para classificar todos os distritos da cidade³².

A Tabela 2.B revela que a densidade demográfica nos distritos em tela decresceu entre os anos de 1980 e 1996, tendo contrariado a tendência do Município como um todo, que apresentou crescimento desse indicador.

Tabela 2.B – Densidade demográfica das unidades territoriais

Unidades Territoriais	Área (ha)	Densidade Demográfica (hab./ha)		
		1980	1991	1996
Município de São Paulo	150.900	56,28	63,92	65,21
Distrito Barra Funda (A)	560	31,95	28,53	25,60
Distrito Santa Cecília (B)	390	242,42	220,07	194,43
(A) + (B)	950	118,35	107,16	94,91

Fonte: Sempla - BDP Série Setorial (1999)

É importante ressaltar que, apesar da tendência de redução da densidade demográfica, os referidos distritos apresentam um adensamento cerca de 45% superior à média do Município como um todo. Para efeito de comparação, os dois distritos mais adensados da cidade são Bela Vista e República, com densidade demográfica, em 1996, de 249,60 hab/ha e 215,94 hab/ha, respectivamente, apresentando densidade superior ao dobro dos dois distritos analisados.

A Tabela 2.C indica que, se mantida a tendência de decréscimo populacional registrada nos dois distritos, a sua população total terá apresentado uma queda de cerca de 10% entre os anos de 1997 e 2000. Isso representa uma perda populacional, para o período mencionado, de cerca de oito mil e oitocentas pessoas.

Tabela 2.C – Estimativa da população das unidades territoriais: 1997 a 2000

Unidades Territoriais	População Estimada				
	Tx. Cres. 1991/96	1997	1998	1999	2000
Município de São Paulo	0,40	9.878.555	9.917.817	9.957.234	9.996.827
Distrito Barra Funda (A)	-2,14	13.805	13.194	12.497	11.708
Distrito Santa Cecília (B)	-2,45	73.710	71.542	69.310	67.010
(A) + (B)	-2,40	87.515	84.736	81.807	78.718

Fonte: Sempla - BDP Série Setorial (1999)

³² A saber: 2,76 a 7,00%; 7,01 a 9,00%, 9,01 a 12,00%, 12,01 a 15,00%, 15,01 a 21,02%. Tais porcentagens referem-se à estimativa para o ano 2000 da participação da população idosa no total da população distrital.

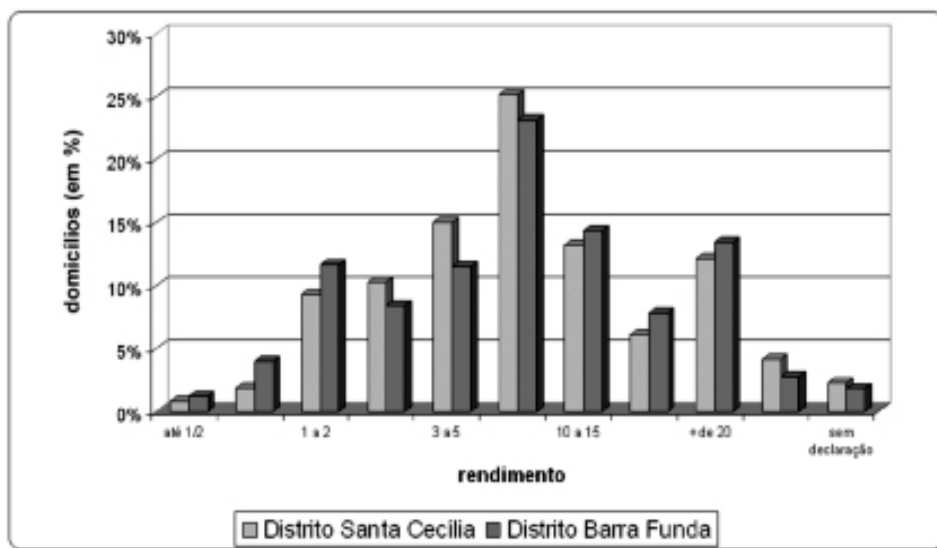
2. Renda

Este quesito, aqui representado por meio da distribuição percentual dos chefes de domicílio particular permanente³³ de acordo com a medida, relativa ao ano de 1991, de seus rendimentos em salários mínimos, objetiva avaliar as possibilidades de consumo da população dos dois distritos, especialmente quanto ao acesso à educação e a meios que possam propiciar uma vida longa e saudável.

O Gráfico 2.C permite visualizar que as distribuições salariais nos distritos da Barra Funda e Santa Cecília são bastante semelhantes, com concentração de frequência na faixa de 5 a 10 salários mínimos.

Há, entretanto, diferenças entre as distribuições mencionadas:

Gráfico 2.C – Distribuição percentual dos chefes de domicílio particular permanente em 1991, conforme rendimento mensal em salários mínimos (em %)



Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 1991.

- Para as faixas de renda entre 1/2 e 2 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos, o Distrito Barra Funda apresenta uma frequência maior de chefes de domicílio, vis-à-vis o Distrito Santa Cecília;
- O número de chefes de domicílio sem renda é maior no Distrito Santa Cecília.

³³ Em 1991, a representatividade dos chefes de domicílio particular permanente em relação ao total de chefes de domicílio era da ordem de 98% no âmbito do Distrito Santa Cecília e 93% no âmbito do Distrito Barra Funda.

O Distrito Barra Funda, pertencente ao rol de distritos da Região Oeste, a exemplo do que ocorre nos demais distritos da região central de São Paulo – que inclui o Distrito Santa Cecília - apresenta extremos de riqueza e pobreza mais reduzidos, comparativamente às outras regiões da capital paulistana (SPOSA-TI, 1996).

3. Saúde

As informações apresentadas referem-se ao ano de 1996, e são provenientes da Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA. Estão apresentadas na Tabela 2.D.

Tabela 2.D – Informações de Saúde: 1996

Quesito	Unidades Territoriais			
	Município de São Paulo	Distrito Barra Funda (A)	Distrito Santa Cecília (B)	(A) + (B)
Total de hospitais	167	-	3	3
Total de hospitais da rede particular	115	-	3	3
Total de leitos	36.778	-	312	312
Total de leitos da rede particular	19.951	-	312	312
Coefficiente de leitos gerais(1)	3,74	-	4,11	3,46
Taxa de mortalidade infantil(2)	21,63	14,79	16,65	16,23

(1) Número de leitos / 1000 habitantes. (2) Número de óbitos de menores de um ano / 1000 nascidos vivos. Fonte: Sempla (1999).

Em relação à distribuição espacial da rede hospitalar, que reflete a concentração ou ausência de hospitais nas diferentes regiões do Município, nota-se que o Distrito Barra Funda não possui nenhum hospital, ao passo que o Distrito Santa Cecília possui três, todos pertencentes à rede particular.

O número de leitos disponível para a população dos dois distritos é de trezentos e doze, correspondente a pouco menos de 1% do total de leitos do Município.

Essa relação de leitos é quase proporcional à percentagem da população dos dois distritos analisados em relação ao total da população da cidade (pouco menos de um por cento), refletindo-se no coeficiente de leitos gerais: 3,46 para os dois distritos, comparado aos 3,74 para a cidade de São Paulo. Nem os distritos analisados, nem o restante da cidade, atingem o coeficiente recomendado pela Organização Mundial da Saúde - OMS, de 4,5 leitos por mil habitantes.

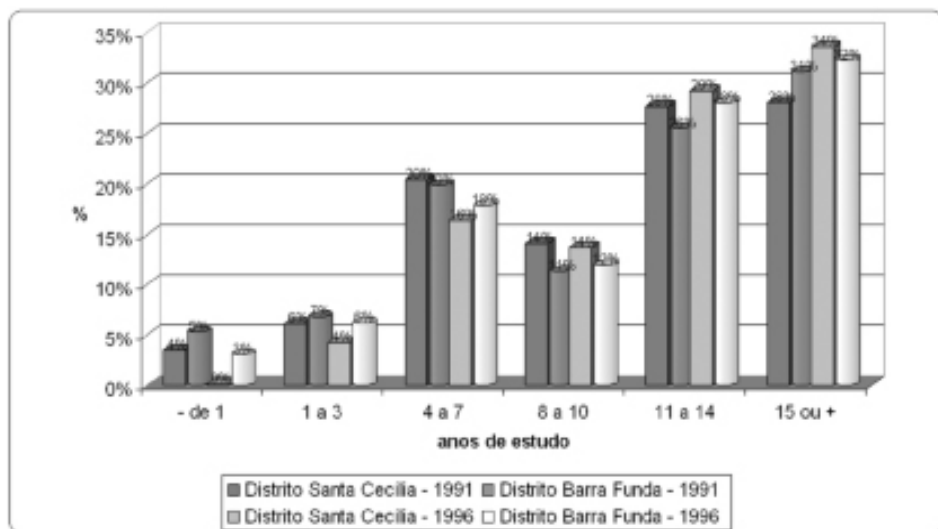
A mortalidade infantil é significativamente menor, nos dois distritos em tela, quando comparada à média do Município: o Distrito Barra Funda apresenta uma taxa cerca de 32% menor e o Distrito Santa Cecília apresenta uma taxa cerca de 23% menor.

O indicador mortalidade infantil é extremamente importante do ponto de vista social, uma vez que orienta os serviços públicos na priorização de ações preventivas de Saúde. Em 1999, a Secretaria Municipal do Planejamento – SEMPLA classificou os noventa e seis distritos da cidade de São Paulo em quatro categorias, de acordo com a taxa de mortalidade infantil apresentada em 1996³⁴. Os dois distritos analisados enquadram-se na segunda categoria mais baixa, a qual agrupa os distritos com mortalidade infantil compreendida pelo intervalo de 10,01 a 20 óbitos de menores de um ano por mil habitantes.

4. Educação

Utilizando dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, foi possível classificar a população dos dois distritos em tela no tocante ao número de anos de estudo dos chefes de domicílio particular permanente.

Gráfico 2.D – Distritos Barra Funda e Santa Cecília: distribuição dos chefes de domicílio particular permanente conforme anos de estudo (1991 e 1996)



Fonte: FIBGE

Censo Demográfico 1991 Contagem da População 1996

³⁴ A saber: 3,78 a 10; 10,01 a 20; 20,01 a 25; e 25,01 a 33,63.

A classificação do número de anos de estudo foi obtida em função da série e do grau mais elevado concluído com aprovação, dos moradores que contavam com cinco anos ou mais de idade, e que freqüentavam, ou já haviam freqüentado, a escola³⁵.

O Gráfico 2.D apresenta os dados obtidos, indicando que a maioria da população dos dois distritos possui mais de 10 anos de estudo.

5. Habitações subnormais: favelas e cortiços

Em 1976, FONSECA já havia alertado sobre a grande concentração de cortiços no bairro da Barra Funda.

Há pelo menos uma favela presente na área de estudo: a Comunidade Nossa Senhora Aparecida, situada sob o viaduto Engenheiro Orlando Murgel.

A dona Verônica Kroll, Coordenadora Geral do Fórum dos Cortiços no Estado de São Paulo, em entrevista a BRUNELLI et alii (2000, Anexo VIII), teceu os seguintes comentários sobre a situação dos cortiços na Barra Funda:

- há, realmente, uma grande incidência de cortiços na Barra Funda;
- esses são habitados por pessoas que trabalham, formal ou informalmente, no centro de São Paulo. A maioria das famílias é monoparental, formada por mulheres que arcam com todas as despesas da moradia, provêm de três a cinco filhos, e que por isso têm preferência por locais próximos às escolas;
- apesar do custo médio de moradia num cortiço ser maior do que o de uma moradia na periferia da cidade, o cortiço apresenta maior proximidade ao local de trabalho, o que permite aos habitantes se distanciarem por menor período de tempo de seus familiares;
- a renda mensal dos habitantes do cortiço é de até seis salários mínimos, com grande porcentagem de famílias com rendimento entre um e três salários mínimos mensais, que não têm acesso aos programas habitacionais voltados para a população de mais baixa renda;

³⁵ Na mesma publicação, a correspondência foi feita do seguinte modo: 1 a 3 anos – primário incompleto; 4 a 7 anos – primário completo, ginásial incompleto; 8 a 10 anos – 1º grau completo, 2º grau incompleto; 11 a 14 anos – 2º grau completo, superior incompleto; 15 ou mais anos – superior completo, mestrado ou doutorado.

- os movimentos que procuram desencortçar as famílias são desencorajados pelo intermediário que recebe dos moradores o pagamento do aluguel, da água e da luz, conhecido como “xerife” do cortiço. Este beneficia-se com a manutenção do status quo, e procura desanimar o acesso de pessoas que pretendem desenvolver algum trabalho social relacionado aos cortiços;
- o tráfico de drogas é uma realidade no âmbito dos cortiços.

A entrevista de Verônica Kroll corroborou as informações anteriormente levantadas por SPOSATI (1996), que apontaram a alta concentração de mulheres chefes de família na região central de São Paulo, sendo grande a proporção, entre elas, de analfabetas. A autora supôs que fossem mulheres separadas, que arcam sozinhas com a manutenção da família, trabalhando num mercado que ainda as remunera mal, em comparação à remuneração oferecida aos homens.

Por sua vez, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, em um relatório sobre o Programa de Atuação em Cortiços – PAC, apontou 11 bolsões (setores) de maior incidência de cortiços nas áreas de urbanização consolidada do Município de São Paulo, consideradas prioritárias para a intervenção pelo Programa. Dentre esses setores, figuram os bolsões Santa Cecília e Barra Funda³⁶, onde foram localizados 81 cortiços, abrigando 487 famílias, numa média de aproximadamente 6 famílias por cortiço.

6. Exclusão social³⁷

Em 1996, foi elaborado o Mapa da Exclusão/Inclusão Social na Cidade de São Paulo (SPOSATI), cuja consecução esteve a cargo de técnicos e pesqui-

³⁶ A delimitação espacial de tais setores (bolsões) não corresponde exatamente às delimitações distritais.

³⁷ Convém esclarecer a natureza de complementaridade, e não de superposição, que os resultados do Mapa de Exclusão/Inclusão Social assumem diante de todo o levantamento sócio-econômico até aqui exposto. Pelo menos quatro razões esclarecem a não-cumulatividade: SPOSATI, em 1996, baseou a elaboração de seu trabalho nos dados derivados do Censo Demográfico de 1991, não dispondo, àquela ocasião, dos resultados da Contagem Populacional de 1996. A autora, em grande parte da obra, apresenta índices, ou seja, indicadores elaborados, enquanto nesta monografia se buscaram remissões aos dados brutos na medida em que fossem elucidativas; SPOSATI fundamentou sua metodologia considerando quatro conceitos que entendesejam indispensáveis ao pleno exercício da cidadania, sempre visando produzir dados sobre exclusão ou inclusão social, especificamente, o que, de fato, não é objeto do presente capítulo.

sadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Segurança e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, em cooperação com organizações e agentes populares.

O objetivo daquele trabalho foi classificar cada um dos noventa e seis distritos que compõem a cidade, mostrando as desigualdades na oferta de condições mínimas para o exercício da cidadania, estas condicionadas à satisfação de quatro grandes anseios sociais: autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade.

Em relação à autonomia, foram agrupadas informações sobre renda dos chefes de família e taxa de emprego, com vistas à criação de oportunidades de autonomia econômica e liberdade de idéias para os cidadãos.

O quesito desenvolvimento humano abrangeu informações relativas à mortalidade infantil e juvenil, longevidade, alfabetização precoce e analfabetismo, bem como escolaridade precária dos chefes de família, procurando analisar as condições que possam propiciar, de modo crescente, o máximo desenvolvimento humano aos cidadãos.

A rubrica qualidade de vida agrupou informações relativas à qualidade ambiental, precariedade domiciliar, tempo médio de viagem, acesso ao serviço público de saúde, rede de creches públicas e privadas, rede de educação infantil e de primeiro grau, procurando avaliar as condições que evidenciem a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente.

No total, foram utilizadas 141 bases de dados, as quais originaram os 49 indicadores usados para a consecução dos índices de exclusão social e de discrepância interdistrital. Quanto maior for a classificação do distrito no ranking, menor será a exclusão social, e vice-versa.

De modo geral, os distritos pertencentes à região central de São Paulo apresentaram distribuição pela faixa intermediária do ranking da exclusão social. Dos 96 distritos analisados, o Distrito Santa Cecília ocupa a 77ª posição. Já o Distrito Barra Funda, que não está situado na classificação de distrito central, ocupa a 69ª posição no ranking.

7. Infra-estrutura

O nível de infra-estrutura de uma região é caracterizado por uma série de variáveis, como as que envolvem o provimento de serviços urbanos (fornecimento de energia elétrica, situação do abastecimento de água e da coleta de esgoto, número de linhas telefônicas instaladas, destinação do lixo), as relacionadas a vias públicas e transportes e as conexas ao abastecimento (existência de mercados, sacolões e feiras).

Duas modalidades de serviço urbano figuram nesta seção como amostra da infra-estrutura urbana com a qual a Barra Funda conta. A primeira delas é a situação do abastecimento de água e a segunda aborda a destinação de resíduos sólidos – lixo. A importância para a qualidade de vida da população dessas duas modalidades dispensa esclarecimentos; no entanto, é a disponibilidade de dados, por um lado, e os investimentos públicos de grande monta destinados a sua implementação, por outro, que os colocam entre as eleitos para exemplificar o nível de infra-estrutura da área de estudo. Quanto à situação do abastecimento de água, o universo considerado é o de domicílios particulares permanentes (com presença da figura do chefe de domicílio)³⁸ nos distritos Barra Funda e Santa Cecília em 1991. Os dados do Censo Demográfico desse ano indicam que no Distrito Barra Funda, 95% do universo pesquisado dispõem de água proveniente de uma rede geral de abastecimento, com canalização interna no domicílio. Para o Distrito Santa Cecília esse número corresponde a 94%.

São os mesmos o universo pesquisado e a fonte consultada quanto à destinação dos resíduos sólidos – lixo – em 1991. No Distrito Santa Cecília, 100% do lixo produzido é coletado. Isto implica dizer que, no ano base do Censo, nenhuma parte do lixo gerado nos domicílios particulares permanentes daquele distrito era queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou em rio. Quanto ao mesmo indicador, o resultado relativo ao Distrito Barra Funda corresponde a 98%.

Isto posto, os dados ora apresentados, aliados à já tratada boa oferta de vias públicas e transportes da região, sugerem que a área objeto deste trabalho, já em 1991, contava com infra-estrutura urbana consolidada.

8. Algumas intervenções urbanísticas

O estudo acerca das recentes iniciativas de cunho urbanístico que abrangem a Barra Funda e seu entorno muito foi enriquecido pelo trabalho de BRUNELLI et alii (2000, pp.91-95). Nele recebem destaque as intervenções a seguir assinaladas.

³⁸ Segundo a documentação dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991, considera-se domicílio a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa; domicílio particular é aquele que serve de moradia a no máximo cinco famílias, mesmo que localizado em estabelecimento comercial ou industrial; domicílio permanente é aquele construído para fim residencial; chefe é a pessoa (homem ou mulher) responsável pela família.

³⁹ Aprovada através da Lei Municipal nº 12.349/97.

No intuito de estimular o investimento privado na região central de São Paulo, o Poder Público Municipal vem desenvolvendo a Operação Urbana Centro³⁹. Esta compreende um conjunto de medidas que estimulam o investimento privado na região central de São Paulo, devolvendo a essa área a possibilidade de receber edifícios de grande porte e tecnologicamente de última geração. Também muda o zoneamento, aumentando o coeficiente de aproveitamento do terreno para edifícios residenciais, garagens e hotéis. Possibilita, ainda, construir além desses limites mediante contrapartida financeira prestada à Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, viabilizando a construção de prédios mais altos do que o padrão estipulado pela legislação vigente, desde que considerada a absorção do impacto das edificações sobre o meio ambiente, a infra-estrutura existente e o sistema viário. Permite a modificação de índices urbanísticos, a criação de mecanismos de preservação de bens tombados e a cessão de espaços públicos aéreos e subterrâneos, mediante contrapartida financeira.

Essas exceções à legislação urbanística têm como objetivo conferir ao centro da metrópole uma diversidade funcional, com especial ênfase à atividade residencial, que possibilita a criação de uma grande rede de atividades de comércio, serviços, cultura e lazer, com várias alternativas para atender a população que reside e trabalha no Centro.

A Operação Urbana Centro institui o mecanismo de transferência de potencial construtivo dos imóveis tombados localizados dentro de seus limites, para dentro ou fora de sua área de abrangência.

Os recursos oriundos das contrapartidas financeiras devem ser aplicados em obras de melhoria urbana, na recuperação e reciclagem de prédios públicos em geral e no pagamento de desapropriações, dentro dos limites territoriais da Operação. A gestão da Operação Urbana Centro é de atribuição de uma Comissão Executiva, composta por representantes de órgãos da administração direta, indireta e da sociedade civil organizada.

Paralelamente ao desenvolvimento da Operação Urbana Centro, a PMSP criou o Programa de Revalorização do Centro, o Procentro⁴⁰, coordenado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Tal programa visa a realizar transformações estruturais na área central de São Paulo voltadas a seu desenvolvimento cultural, social, habitacional e de lazer, assegurando seu “desenvolvimento sustentado”.

O Procentro desenvolve uma política de valorização urbana e funcional, através do estabelecimento de estratégias que combinam ações da iniciativa privada e do Poder Público. Tais estratégias visam melhorar a acessibilidade à região,

⁴⁰ Decreto nº 33.389/93.

aumentar a segurança pessoal e patrimonial, e criar incentivos à preservação dos imóveis e da paisagem urbana, resguardando seus atributos de centro metropolitano com a diversidade de funções e interesses ali presentes.

A região central também é objeto de especial atenção da sociedade civil organizada, através do trabalho da Associação VIVA O CENTRO. São cem instituições participantes, entre entidades e empresas que, sob a direção de um Conselho Deliberativo, desenvolvem ações visando: à promoção de pesquisas, estudos e projetos; à realização de workshops e seminários; à organização de campanhas e eventos; à colaboração na organização da comunidade e ao estabelecimento de parcerias.

No bairro da Barra Funda, a Operação Urbana Água Branca⁴¹ constitui iniciativa semelhante à Operação Urbana Centro. Trata-se de um conjunto de medidas que estimulam a integração das ações do Executivo, de proprietários, moradores e investidores privados, objetivando alcançar transformações urbanísticas com reduzida participação de recursos públicos.

A área objeto da Operação Urbana Água Branca situa-se dentro do perímetro compreendido pelas avenidas Pacaembu, Pompéia, Santa Marina e Comendador Martinelli e as ruas Paraguaçu, Traipu, Turiaçu e Carlos Vicari⁴².

Os objetivos da Operação Urbana Água Branca diferem dos objetivos da Operação Urbana Centro porque, na primeira, as medidas adotadas objetivam o redirecionamento da vocação da área, predominantemente destinada à média indústria, aos serviços pesados e ao comércio atacadista. O que se pretende é orientar o uso para o setor terciário, em função da centralidade e acessibilidade da Água Branca, da sua infra-estrutura de serviços públicos e dos investimentos públicos já efetuados – Terminal Intermodal da Barra Funda e Memorial da América Latina. Esses objetivos serão alcançados por meio de concessão de benefícios que permitem construir acima dos limites estabelecidos pela legislação urbanística e de regulamentação de edificações, bem como através da cessão dos espaços públicos aéreo e subterrâneo, mas condicionados à avaliação dos seus impactos sobre o meio ambiente, e mediante contrapartida financeira.

A Operação Urbana Água Branca, cuja gestão é de atribuição de um grupo intersecretarial da PMSF, prevê a possibilidade de transferência de potencial construtivo de imóveis tombados assentados dentro de seus limites, como forma de viabilizar a restauração e conservação desses imóveis.

⁴¹ Aprovada através da Lei Municipal nº 11.774/95.

⁴² Note-se a contigüidade da região de estudo com a área coberta pela Operação Urbana Água Branca.

9. Atividade econômica

Neste quesito, os dados oficiais pesquisados apresentam lacunas impressionantes: apesar de os distritos analisados contarem com um setor de serviços estruturado, formado por centros culturais (Memorial da América Latina e Sesc Pompéia), centros de lazer (Playcenter – Foto 29), centros de compras (shopping centers West Plaza, Pompéia, Francisco Matarazzo), feiras (como o Mercado Mundo Mix, grande feira de moda e design alternativo, que atrai cerca de 20.000 visitantes num único final de semana), estádio de futebol (Esporte Clube Palmeiras), rede de televisão (a TV Record que, abrigada em uma área de 40.000m², está construindo mais quatro estúdios para a produção de novelas – Foto 30), hipermercado (Wal-Mart Supercenter, o primeiro hipermercado da região), hotel (Ibis São Paulo Expo, que oferece 280 apartamentos), o maior fórum criminal da América Latina – Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (onde se instala o 1º Tribunal do Júri da Cidade de São Paulo⁴³ - Foto 31), a obra do Tribunal Regional do Trabalho⁴⁴ (Fotos 30 e 32), a construção do Centro Empresarial Água Branca (que terá treze torres comerciais, com 22 andares cada uma, das quais quatro estão concluídas – Foto 33)⁴⁵, bem como uma vasta malha viária e uma complexa rede de transporte público, representada pelos ônibus, trólebus, metrô e trem, somente estão disponíveis informações oficiais sobre os estabelecimentos e empregos da indústria de transformação⁴⁶, não abrangendo os demais setores da atividade econômica (o já mencionado setor de serviços, administração pública e indústria da construção civil).

⁴³ Ocupando desde dezembro de 1999 um prédio de linhas arrojadas, com 110.000m² de área construída, o Fórum Criminal conta com 9 plenários, de 50 poltronas cada um. A construção custou 59,2 milhões de reais (CERQUEIRA, 1999).

⁴⁴ Polêmica e inacabada, a construção é alvo de denúncia de superfaturamento. Ainda assim representa uma iniciativa de investimento vultoso na região.

⁴⁵ Em local anteriormente ocupado pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – IRFM, num terreno de 73.700m². Segundo informação de Valdir Bartalini, Coordenador de Operações Urbanas da EMURB, a construção de tais edifícios ficou condicionada, nos termos da Operação Urbana Água Branca, à doação de 25% da área para uso institucional do Município, onde será construída uma praça entre a avenida Francisco Matarazzo e a Casa das Caldeiras (igualmente tombadas, no mesmo terreno, estão as três chaminés da IRFM e a Casa do Eletricista), à construção de uma passagem subterrânea unindo os dois trechos da avenida Santa Marina – atualmente interrompidos pela ferrovia – e à extensão da avenida Auro Soares de Moura Andrade, partindo do viaduto Antártica até a avenida Santa Marina, obra que, no trecho compreendido entre o viaduto Antártica e a Casa das Caldeiras, exigirá uma relocação das ferrovias. (Foto 34)

⁴⁶ A indústria de transformação corresponde ao setor da produção industrial voltado para a transformação de matérias-primas em bens. Abrange todos os momentos da produção industrial. Exemplos: bens de capital, bens de consumo, agroindústria.



Foto 29 - Playcenter



Foto 30 - Torre da TV Record e obras do Tribunal Regional do Trabalho (2000)



Foto 31 - Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães



Foto 32 - Obra do Tribunal Regional do Trabalho (2000)



Foto 33 - Quatro torres do Centro Empresarial Água Branca



Foto 34 - Casa das Caldeiras

Assim sendo, a Tabela 2.E apresenta os dados referentes à Indústria de Transformação: entre 1985 e 1995, verifica-se um decréscimo do número de estabelecimentos e de empregados nos dois distritos em estudo (Foto 35).



Foto 35 - Tapetes Pekelman – imóvel industrial, fechado; ao fundo, prédios de construção recente, com cerca de 20 andares.

Em termos comparativos, a Indústria de Transformação situada nos distritos mencionados representava, em 1995, cerca de 3,7% do total de empregos e cerca de 3% do número de estabelecimentos, se cotejada aos totais da indústria de transformação no Município como um todo.

Tabela 2.E – Indústria de Transformação: estabelecimentos e número de empregados (1985-1995)

Unidades Territoriais	1985		1990		1995	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
Município de São Paulo	9.743	872.344	11.772	898.357	9.099	633.113
Distrito Barra Funda (A)	176	25.948	162	20.913	129	16.010
Distrito Santa Cecília (B)	199	11.960	232	11.708	147	7.370
(A) + (B)	375	37.908	394	32.621	276	23.380

Fonte: Sempla – BDP (1999)

É interessante notar que a cidade de São Paulo está passando por uma transição em termos de vocação econômica: de uma metrópole industrial para uma metrópole de serviços. Possivelmente, a diminuição do número de estabelecimentos e de empregos na Indústria de Transformação nos dois distritos mencionados seja apenas um reflexo, em escala menor, dos mesmos condicionantes econômicos, tecnológicos e organizacionais que vêm afetando, profundamente, o setor industrial do Município.

Reflexões

Este é o momento de retomarmos alguns aspectos da realidade da área em estudo que se evidenciaram por meio das investigações levadas a cabo nos capítulos precedentes.

Ao contrário da tendência de evolução populacional do Município – cuja população vem crescendo a taxas cada vez menores – a população da área de estudo decresceu na última década⁴⁷. A estimativa calculada pela FIBGE e publicada por Sempla para a população dos Distritos Barra Funda e Santa Cecília no ano 2000 reforça a expectativa de redução da população local. Estima-se que a atual população do bairro seja inferior a 78 mil pessoas.

Quanto à atividade econômica, as informações oficiais e indícios coletados in loco sugerem que a Barra Funda vem sendo afetada pelas mesmas influências que promovem a “desindustrialização” da cidade.

Embora não se disponha de dados específicos, as recentes iniciativas empreendidas no local, como as torres do Centro Empresarial Água Branca, a inauguração da danceteria D’Loft na avenida Marquês de São Vicente, a instalação dos estúdios da TV Record, o Mercado Mundo Mix e a transferência para a Barra Funda do 1º Tribunal do Júri da Cidade de São Paulo - antes abrigado em um prédio na Vila Mariana - indicam que a atividade econômica da região, especialmente em sua porção ocidental – diretamente afetada pela Operação Urbana Água Branca – vem crescendo em dinamismo.

⁴⁷ Considerando-se a população somada dos Distritos Barra Funda e Santa Cecília, nos quais o bairro da Barra Funda encontra assento.

Há um visível desenvolvimento comercial e institucional, notadamente na avenida Marquês de São Vicente e proximidades, e na avenida Dr. Abrahão Ribeiro. Sua importância vai além dos limites distritais, uma vez que favorecem o acesso às Rodovias Presidente Dutra, Ayrton Senna, Castelo Branco, Anhangüera e Bandeirantes.

Todavia, não se vislumbram, na porção oriental, reflexos marcantes dos processos em andamento no restante do Bairro. Acredita-se que o “Minhocão”, a estrada de ferro e os viadutos Pacaembu e Engenheiro Orlando Murgel, expressivos elementos daquela paisagem urbana, embora sejam importantes vias de tráfego para a região e até mesmo para a cidade, constituem “barreiras” que contribuem para o aparente isolamento da porção oriental da Barra Funda. BRUNELLI et alii (2000, p.123) comentam:

Em que pese serem importantes vias, pelas quais trafegam milhares de pessoas todos os dias, não verificamos, na porção de seu entorno coberta pela área de estudo, maior movimentação de relações sociais ou de negócios. Guardadas as proporções e permitida certa abstração, consideramos pertinente a metáfora do forte, cujas muralhas facilitam a preservação da calma interiorana observada na Barra Funda, mas dificultam a permeabilidade “extra-intra-muros” de relações econômicas e sociais. Para a formação desse fenômeno concorrem, também, razões histórico-culturais ...⁴⁸ (grifo nosso)

No trabalho de SPOSATI (1996) constatamos que no bairro da Barra Funda os extremos de riqueza e pobreza são mais reduzidos em comparação a outros pontos da cidade, uma vez que nele não são encontradas as mais agudas discrepâncias entre os chefes de domicílio que apresentam as maiores e as menores rendas mensais. Mas tal interpretação demanda cuidados, uma vez que a fonte básica utilizada pela autora – o Censo Demográfico de 1991 – refere-se a uma realidade de quase dez anos atrás.

No bairro da Barra Funda, particularmente na porção oriental, grande parte das edificações corresponde a casas concebidas há mais de meio século, seguindo a arquitetura de um tempo em que a região vivenciava maior pujança.

⁴⁸ Naquela obra o termo “Barra Funda” ganha conotação particular, referindo-se apenas ao trecho do Bairro delimitado pelas avenidas Pacaembu e General Olímpio da Silveira, alameda Eduardo Prado e linha imaginária que une a avenida Pacaembu à alameda Eduardo Prado passando pela rua Capistrano de Abreu (op. cit., p.54-55).

ça econômica, a reboque da prosperidade das indústrias localizadas à beira da linha do trem. BRUNELLI et alii (2000, p.127) ressalta que tais construções chegaram aos dias atuais bastante marcadas pela falta de conservação, provavelmente refletindo a mudança nas condições sócio-econômicas de seus habitantes/proprietários. Todavia, o observador atento pode contemplar os detalhes de beiras primorosas, que encerram importante parcela da memória da cidade.

Para que a Barra Funda possa desempenhar a sua vocação de ser um bairro que tem seu papel como pólo de atração cultural, de lazer e turismo e desta forma ser um importante gerador de empregos, é necessário que se comece pela sensibilização dos moradores, fazendo com que a proteção, a administração e a conservação do patrimônio edificado seja um dever de todos. O morador da região deve ser o primeiro a aprender sua história e a valorizar todo o significado do seu bairro no contexto urbano.

A restauração do Theatro São Pedro poderia ser a alavanca mestra da continuação da história da região e, ainda, servir como modelo ou referencial para que outros imóveis tenham usos permanentes e, da mesma forma, não sofram degradação. A Casa Mário de Andrade foi restaurada, mas não houve progresso significativo de integração do passado com o presente ou com a sociedade civil, de forma harmônica.

As construções para habitação dos operários das antigas indústrias ainda preservam um pouco da arquitetura da época e, se fossem restauradas, poderiam ser um gracioso conjunto de moradias ou redes de iniciativas culturais e restaurantes, onde seus proprietários poderiam obter recursos com financiamento proporcionado através do Poder Público e parcerias diversas.

Na busca de conhecer melhor a história do bairro da Barra Funda, foi realizada uma pesquisa acerca de como se deu, ao longo dos anos, a mobilização da sociedade civil que porventura tenha redundado na formação de instituições, organizações e associações as mais diversas, cujo conjunto é denominado Terceiro Setor: entidades que não visam ao lucro, não são governamentais e promovem interesses coletivos.

Acrescentando ao que foi breve e resumidamente comentado no Capítulo I, item “O Terceiro Setor”, vale dizer – segundo estudo de BOSISIO & LINS (2000, p.63) - que as entidades que integram esse setor apresentam uma multiplicidade de características de acordo com, principalmente, a sua origem. Podem ser de cunho religioso ou político; representativos de classe; remanescentes de movimentos sociais de mais de vinte anos; vinculados a grupos empresariais; caritativos-assistenciais e outros.

Em meio às inúmeras reflexões, ainda em pauta, sobre um preciso conceito ou uma denominação unânime, o que importa é reconhecer a ampliação

do Terceiro Setor, e sua acentuada expansão, de cerca de cinco anos atrás até o presente.

Na Barra Funda foram detectadas 48 organizações civis que não auferem lucros e são voltadas ao serviço da coletividade; acham-se aqui selecionadas por tipo de serviço executado.

O destaque maior diz respeito à religião, a católica ou a protestante/evangélica, com reflexo na assistência social. As entidades de cunho assistencialista encontradas são vinculadas a várias instituições religiosas.

As sociedades amigos de bairro são as únicas resultantes de mobilização da população local. Trata-se, porém, de peculiaridade da própria natureza desse tipo de entidade.

Pôde-se verificar que determinadas organizações ali se instalaram por conveniência de imóveis cedidos pelo Poder Público, vantagens imobiliárias ou de localização setorial.

Amobilização local para assuntos como desenvolvimento econômico, defesa do meio ambiente, defesa dos direitos civis, e outros é ainda discreta no bairro.

Permeando todo o exposto até o momento, persiste um estigma histórico-cultural com relação à Barra Funda. Trata-se de um preconceito quanto à região, embutido na memória das pessoas.

O passado da Barra Funda, marcado pela característica de um bairro popular e operário, carrega influência negativa sobre os olhares lançados à região no presente, levando a crer que a imagem do bairro ainda não se desvencilhou totalmente da marginalização social sofrida pelos habitantes de outrora.

O próprio nome do bairro, que confere identidade ao local, inquieta empreendedores. Luiz Antônio Pompéia – diretor da Embraesp – em entrevista concedida a BRUNELLI et alii (2000, Anexo VIII), afirmou já ter participado de um projeto envolvendo a região, intitulado “Nova Higienópolis”. Essa denominação, proposital, procurava dissociar o empreendimento da expressão “Barra Funda”, e, assim afastar tudo o que ela contém de negativo do ponto de vista social, cultural e econômico.

O mesmo estigma não carrega o bairro, limítrofe, da Água Branca. É na região em que aquele se confunde com a Barra Funda que esta apresenta maiores sinais de aquecimento da atividade econômica, especialmente no setor imobiliário (HAYEK, 2000, p.2). Para tanto, as intervenções urbanísticas realizadas pela Prefeitura do Município têm papel importante.

A antiga divisão do bairro em Barra Funda de Cima e Barra Funda de Baixo continua válida, conotando regiões diferentes com histórias entrelaçadas, mas particulares. Vislumbra-se, entretanto, um novo corte, agora na direção Norte-Sul do bairro, dividindo-o em suas porções oriental e ocidental. O diferencial detectado no ritmo de desenvolvimento da porção Leste e da Oeste causa preocupação,

uma vez que se intuem conseqüências negativas para o bairro como um todo se a homogeneidade e o equilíbrio não puderem ser predicativos associados ao desenvolvimento do bairro da Barra Funda nos próximos anos.

As diretrizes propostas por BRUNELLI et alii (2000) e MONTEIRO et alii (2000) para a parte sudeste do bairro, visando promover o desenvolvimento sustentável do local e a valorização de suas particularidades históricas e arquitetônicas, merecem atenção, ao menos enquanto ponto de partida para um debate abrangente, que acolha todos os setores sociais de alguma forma envolvidos com o local.

A busca por um desenvolvimento sustentável, amplamente discutido pelos agentes sociais, e capaz de amenizar discrepâncias entre as diversas partes do Bairro, é o mínimo que se pode fazer por essa charmosa e intrigante região do Município, chamada Barra Funda. Região onde, para encantamento daqueles que sobre sua história se debruçam, cada uma das esquinas, cada uma das janelas e fachadas entalhadas descortina pequena, porém significativa parcela da memória da cidade de São Paulo.

Instituições localizadas na Barra Funda

- Agência da Empresa Brasileira de Correios
- Associação de Ex-alunos da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
- Associação de Amigos Moradores da Barra Funda
- Associação dos Árbitros da Grande São Paulo
- Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Associação dos Trabalhadores Sem-Terra da Zona Oeste
- Associação em Defesa da Moradia – União Movimento Moradia
- Associação Nacional das Cooperativas de Assentamentos – ANCA
- Atendimento da Irmã Clara
- Atendimento da Paróquia da Santíssima Trindade
- Banco do Brasil
- Banco do Estado de São Paulo – Banespa
- Banco Itaú
- Banco Mercantil de São Paulo
- Blue Space (casa noturna)
- Bradesco
- Caritas (ligada à Igreja Católica)
- Cartório de Registro Civil – 35º Subdistrito
- Casa de Formação Barra Funda
- Casa Mário de Andrade
- Centro Comunitário Lions Clube Campos Elísios

- Centro de Formação Barra Funda
- Centro de Formação Roseli Nunes
- Centro Desportivo Municipal Associação Atlética e Acadêmica Manuel de Abreu
- Centro Desportivo Municipal Manuel de Abreu
- Centro Desportivo Municipal São Paulo Giants
- Centro Educacional Esportivo Raul Tabajara (PMSP)
- Centro Empresarial Água Branca
- Centro Espírita Pai Antônio do Bonfim
- Centro Social Paroquial São Geraldo das Perdizes
- Clube Classe A – Barra Funda
- Clube Royal
- Colégio Boni Consilii
- Companhia Lithographica Ypiranga
- Companhia Porto Seguro de Seguros Gerais
- Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães – Barra Funda
- Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB
- Cooperativa de Consumo
- Editora Saraiva
- Escola da Barra
- Escola de Informática para Requalificação Profissional
- Escola de Inglês Pink and Blue
- Escola de Samba Mancha Verde – Centro Social, Desportivo e Cultural Professor Miguel Colasuonno
- Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Conselheiro Antônio Prado
- Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Dr. Alarico Silveira
- Esporte Clube Palmeiras
- Esquadrão Vida
- Estação Transformadora Retificadora Santa Cecília – Eletropaulo
- Estúdios da Rede Record
- Fábrica da Doceria Dulca
- Faculdade Paulista de Serviço Social
- Faculdades Oswaldo Cruz
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de São Paulo – Força Sindical
- Fórum Nacional da Terceira Idade
- Fraternidade Irmã Clara

- Fundação Conrado Wessel
- Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Camisa Verde e Branco
- Hotel Íbis São Paulo Expo
- HSBC
- Igreja Assembléia de Deus
- Igreja do Evangelho Quadrangular
 - Programa Gratuito de Alfabetização de Adultos
- Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
- Igreja Messiânica Mundial do Brasil – Casa de Johrei Barra Funda
- Igreja Recomeçar em Cristo
- Instituto de Educação São Gonçalo
- Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo
- Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP
- Lar Cristão Maria de Nazaré
- Lar Espírita Discípulos de Jesus
- Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual
- Laramara – Centro de Estudos e Pesquisas
- Lions Clube de São Paulo
- Lojas Maçônicas
 - Grande Oriente de São Paulo:
 - Estrela do Porvir
 - Prometheus
 - Perpétuo Segredo
 - Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo:
 - Cavaleiros do Sangreal
 - Bandeira das Perdizes
 - Adolpho Markeson
 - Novo Laço Místico
 - Cidade de São Paulo
 - Aldebaran
- Memorial da América Latina
- Mercado Mundo Mix
- Movimento Humanista
- Paróquia Anglicana da Santíssima Trindade
- Paróquia Santa Francisca Xavier Cabrini (Igreja Santa Madre Cabrini)
- Pastoral da Criança e do Adolescente
- Pastoral da Paróquia Santa Francisca Xavier Cabrini
- Playcenter

- Posto de Abastecimento da Receita Federal
- Posto de Saúde Barra Funda, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (Fundação Armando Vieira de Carvalho)
- Procon
- Rotary Clube
- Secretaria da Justiça e Cidadania
- Segundo Cartório de Registro de Imóveis
- Sesc Pompéia
- Shopping Center Francisco Matarazzo
- Shopping Center Pompéia
- Shopping Center West Plaza
- Sindicato dos Empregados das Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – SINDPD
- Sindicato dos Ferroviários da Alta Zona Sorocabana
- Sociedade Amigos da Barra Funda
- Sociedade Brasileira de Apoio à Pequena e Média Empresa – SEBRAE
- Superintendência das Usinas de Asfalto da PMSP - SAR
- Supermercado Pão-de-Açúcar
- Telesp
- Templo da Congregação Cristã do Brasil
- Templo de Orações da Assembléia de Deus
- Terminal da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA
- Terminal Intermodal da Barra Funda
- Terrazza Buffet
- Teatro São Pedro
- Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo – 2ª Região (construção inacabada)
- União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo
- Unibanco
- Unidade do PAS I
- Unidade do PAS II
- Universidade Bandeirante de São Paulo - Uniban
- Wal-Mart Super Center – 1º Hipermercado da região

Referências Bibliográficas

- ABARCA, Pedro. Tatuapé: ontem e hoje. São Paulo: Editora Rumo, 1997.
- ALTEMEYER JÚNIOR, Padre Fernando. 250 anos da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo, 1995. Endereço Eletrônico: www.arquidiocese-sp.org.br, consulta realizada em 7 de agosto de 2000.
- ARROYO, Leonardo. Igrejas de São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- BARBOSA, Maria Nazaré Lins. Dinâmica do terceiro setor no município de São Paulo. São Paulo: FGV, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- BICCELLI, Roberto. Punti Luminosi. Revista Cidade. São Paulo : v. 4, n. 4. 1996.
- BOSISIO, Liliansa Maria Migliano e LINS, Simone de Melo. Terceiro Setor: a fomentação do voluntariado aliada à divulgação das ações voltadas à comunidade. São Paulo: FAAP, 2000. (Monografia apresentada para obtenção do título de especialista em "Gerente de Cidade" – 31º Curso de Pós-Graduação).
- BRANCO, Frederico. Tristezas da Barra Funda, O Estado de S.Paulo, 05/01/63.
- BRITTO, Iêda Marques. Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural. São Paulo : USP/FFLCH, 1986. 114p.
- BRUNELLI et alii. Barra Funda: diretrizes para o desenvolvimento. São Paulo: FAAP, 2000. (Monografia apresentada para obtenção do título de especialista em "Gerente de Cidade" – 31º Curso de Pós-Graduação).
- CERQUEIRA, Patrícia. Mudança de Endereço : O maior fórum criminal da América Latina troca de prédio e abandona palco de julgamentos históricos. Época, edição de 29/11/1999.
- CRUZ, João Roberto. A vizinhança agradece: abertas as cortinas, o Theatro São Pedro inicia o terceiro ato sob aplausos. URBS, São Paulo, v.2 ,n.2, p.49-50, abr./maio 1998.
- DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA DE SÃO PAULO. Revista Memória. São Paulo, 28-30. Jan/mar. 1990.

- DRUZIAM, Bernardete. Em cena o Theatro São Pedro: um palco multicultural. Rev.Cultural, São Paulo, v.1, n.7, p.6-9, nov. 1999.
- FERNANDES, Rubem César. Privado porém público - o terceiro setor na América Latina, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 1991.
_____ Contagem da população 1996.
- FISCHER, Rosa Maria, e FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 1, jan./mar.1998.
- FONSECA, Antônio Cláudio Pinto. Projeto de habitação na Barra Funda. FAU. Tese de graduação interdisciplinar apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – São Paulo: USP, 1976.
- HAYEK, Samira. Um bairro com potencial para renascer. Cláudia, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p.2-3, ago. 2000.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo : Martins Fontes, 1996.
- IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. www.ibam.org.br
- INSTITUTO PAULISTA DE HISTÓRIA E ARTE RELIGIOSA. A Igreja na história de São Paulo. São Paulo: Indústria Gráfica José Magalhães Ltda.,1952.
- LANDIN, Leilah. Para além do mercado e do Estado: filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993, 86 p.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1972.
- LEVI, Darrel E. A família Prado. São Paulo : Cultura, 1977.
- MARTINS, Luciana Bongiovani. Elevado Costa e Silva: processo de mudança de um lugar. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/USP, 1997.
- MONTEIRO et alii. Barra Funda: retrato e memória. São Paulo: FAAP, 2000. (Monografia apresentada para obtenção do título de especialista em "Gerente de Cidade" – 31º Curso de Pós-Graduação).
- MORELLI, Júlio Cezar. Lopes Chaves, 546: o sobrado da inquietude. Rev. Memória, São Paulo, v.5, n.17, p.28-30, jan./mar. 1993.
- MOURA, Rosa Maria Todesco de Assis. Recuperação de uma área localizada no Bairro de Santa Cecília. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, 1981. Trabalho de conclusão de curso de Arquitetura, sob orientação do Prof. Carlos Eduardo Zahur.

- MUELLER, Charles C. Economia, entropia e sustentabilidade: abordagem e visões de futuro da economia da sobrevivência. *Revista Estudos Econômicos*. V.29. n.4. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, v.29, n.4, p.513-50. 1999.
- O MUNICÍPIO no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999. 384p.
- O TERCEIRO setor em marcha, *Revista Rumos*, v. 23, n. 164, p. 16-19, set. 1999.
- PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e entidades de interesse social - aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- PEREIRA, Rubens de Matos. Desenvolvimento urbano no Brasil. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.249-287, jan./jun. 1967.
- PONCIANO, Levino. Mil faces de São Paulo: pequeno dicionário histórico e amoroso dos bairros de São Paulo. São Paulo: Editora Fênix, 1999.
- PRADO JR., Caio. A cidade de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é história).
- ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei : legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo : FAPESP, 1999.
- SANTOS, Gildenir Carolino e SILVA, Arlete Ivone Pitarello. Normas para Referências Bibliográficas: conceitos básicos (NBR-6023/ABNT-1989). Campinas: Unicamp/FE, 1995.
- SÃO PAULO (Estado). Companhia do Metropolitano de São Paulo. Pesquisa origem-destino: região metropolitana de São Paulo – síntese das informações. São Paulo: Metrô, STM, Governo do Estado, BNDS, 1997.
- _____ Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos. História de alguns bairros paulistanos: relato de antigos moradores. In: _____ Reconstituição da memória estatística da grande São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983. pp. 49-53.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Planejamento. Cadastro territorial, predial, de conservação e limpeza - TPCL. São Paulo: 2000.
- _____ Secretaria Municipal do Planejamento. Departamento de Informações. Saúde: rede ambulatorial, rede hospitalar, mortalidade infantil, mortalidade neonatal, mortalidade por causas, mortalidade por AIDS, mortalidade por causas externas 1995 a 1996. São Paulo, 1999. 135 p. mapas tabs. (BDP série setorial).
- _____ Secretaria Municipal do Planejamento. Departamento de Informações. Dados populacionais: tamanho, evolução, distribuição, projeção 1940 a 2000. São Paulo, 1999. 121 p. mapas tabs. (BDP série setorial).
- _____ Secretaria Municipal do Planejamento. Departamento de Informações. Atividades econômicas, estabelecimentos e empregos: administração pública, agricultura, comércio, extração mineral, indústria, serviços 1985 a 1997. São Paulo, 1999. 226 p. mapas tabs (BDP série setorial).

- _____ Prefeitura do Município de São Paulo. Lei n. 12.349 de 6 de junho de 1997. Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências.
- _____ Secretaria Municipal do Planejamento. Dossiê São Paulo. São Paulo: 1996.
- _____ Prefeitura do Município de São Paulo. Lei n. 11.774 de 18 de maio de 1995. Estabelece diretrizes e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Água Branca, define programa de melhorias para a área objeto da operação, e dá outras providências.
- _____ Secretaria Municipal do Planejamento. Departamento de Informações. Base de dados para planejamento: Administração Regional da Lapa. São Paulo : SEMPLA, 1993.
- _____ Base de dados para planejamento: Administração Regional da Sé. São Paulo : SEMPLA, 1993.
- _____ Empresa Municipal de Urbanização. O resgate da área central. São Paulo : EMURB, 1991.
- _____ Prefeitura do Município de São Paulo. Lei n. 10.676 de 7 de novembro de 1988. Aprova o Plano Diretor, institui o Sistema de Planejamento do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- _____ Prefeitura do Município de São Paulo. Lei n. 7.805 de 1º de novembro de 1972. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- _____ Prefeitura do Município de São Paulo. Lei 7.688 de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo – PDDT-SP, e dá outras providências.
- _____ Prefeitura do Município de São Paulo. Agenda 21 local.
- SEGAWA, Hugo. Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. São Paulo : Ateliê Editorial, 2000.
- SILVA, Lúcia Neiza Pereira da (org.). Mário Universal Paulista: algumas polaridades. São Paulo : Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
- SOARES, Dulce. Barra Funda : esquinas, fachadas e interiores. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1982. 29 lâminas. il.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996. 126 p.; il.; tab; 22 cm.
- TAMAOKI, Verônica. O Fantasma do Circo. São Paulo: Massao Ono-Robson Breviglieri Editores, 2000.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP. O carisma se faz história – síntese histórica da Companhia de Jesus. Recife, 2000. Endereço eletrônico: www.unicap.br, consultado em 12 de agosto de 2000.

História dos Bairros de São Paulo

VOLUME	BAIRRO
01.....	BRÁS
02.....	PINHEIROS
03.....	PENHA
04.....	SANTO AMARO
05.....	JARDIM DA SAÚDE
06.....	SANTANA
07.....	SÃO MIGUEL PAULISTA
08.....	VILA MARIANA
09.....	BOM RETIRO
10.....	SÉ
11.....	IBIRAPUERA
12.....	LUZ
13.....	NOSSA SENHORA DO Ó
14.....	IPIRANGA
15.....	BELA VISTA
16.....	LIBERDADE
17.....	HIGIENÓPOLIS
18.....	LAPA
19.....	ACLIMAÇÃO
20.....	JARDIM AMÉRICA
21.....	PERDIZES
22.....	CONSOLAÇÃO
23.....	SANTA IFIGÊNIA
24.....	ITAQUERA
25.....	VILA CLEMENTINO
26.....	ITAIM-BIBI
27.....	LUZ: NOTÍCIAS E REFLEXÕES
28.....	VILA NOVA SAVÓIA
29.....	BARRA FUNDA
30.....	SANTA CECÍLIA

REVISÃO

Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”
Eudes Campos

PROJETO GRÁFICO

Seção Técnica de Divulgação e Publicações - DPH
Arte e Diagramação: Alexandre Cyro Pereira

